

# Contestação no Sindicato dos Jornalistas

data 18/9/76

Um grupo minoritário de jornalistas crítica a direcção do seu sindicato por não ter cumprido as decisões de uma recente (e igualmente minoritária) assembleia geral que a obrigava a desligar-se dos sindicatos subscritores da «Carta Aberta». O comunicado do referido grupo não encontrou, no entanto (e como já é hábito) qualquer audiência na classe.

# Eleições no Sindicato Agrícola de Portalegre

data 18/9/76

Os trabalhadores agrícolas do distrito de Portalegre vão amanhã às urnas para eleger a direcção do respectivo sindicato. As mesas de voto funcionam em todas as freguesias do distrito e estão abertas das 9 às 18 horas.

Entretanto, a Comissão Directiva Provisória do Sindicato divulgou um comunicado onde dá a conhecer os estatutos do sindicato, a constituição do caderno eleitoral, a lista de sócios com direito a voto (maiores de 18 anos)

# Preparação das eleições na Função Pública (Sul)

data 18/9/76

A Assembleia Regional de Delegações do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública (zona sul) reuniu no Laboratório Nacional de Engenharia Civil para discutir os problemas relacionados com as eleições dos respectivos corpos gerentes, tendo sido apresentadas 16 propostas de metodologia de discussão e aprovação do regulamento e calendário eleitorais.

Os delegados sindicais presentes na assembleia encarregaram a mesa de enviar as propostas para os locais de trabalho até ao dia 20, a fim de serem votadas e discutidas em R. G. T. Os resultados terão de ser comunicados ao sindicato até 30 de Setembro, devendo ser afixados na respectiva sede e enviados a todas as delegações.

Os autores das 16 propostas poderão retirá-las ou proceder à sua eventual fusão até amanhã.

A ARD da função pública analisou ainda a preparação do Congresso dos Sindicatos, o qual deverá ser objecto de debate pelos trabalhadores, a começar no prazo máximo de 15 dias

# CRESCER MOVIMENTO CREDITÍCIO DO BANCO DE PORTUGAL

A carteira comercial do Banco de Portugal registava, em 31 de Dezembro de 1975, um aumento de 43 355 milhares de contos relativamente a 31 do mesmo mês do ano anterior. Os respectivos totais eram: 87 528 milhares de contos, em 1975, e 44 173 milhares de contos, em 1974.

Segundo dados colhidos pela ANOP junto do banco emissor português, o aumento muito acentuado que a carteira comercial registou em 1975 foi uma «consequência, exclusivamente, do acréscimo do recurso das outras instituições de crédito ao redesconto no banco».

Assim, enquanto a posição do desconto que se verificava no final de 1975 era inferior em 990 milhares de contos relativamente à do final do ano anterior (898 milhares de contos em 1975 e 1888 milhares de contos em 1974), as componentes do redesconto registaram todas substanciais aumentos, como se pode verificar pelas posições que se seguem:

Crédito a médio prazo com regime especial: 320 milhares de contos, em 31-12-74, e 710 milhares de contos, em 31-12-75, mais 390 milhares de contos.

Crédito à exportação nacional: 90 milhares de contos (1974), 7425 milhares de contos (1975), mais 7425 milhares de contos.

Crédito a pequenas e médias empresas: 490 milhares de contos (1974), 1687 milhares de contos (1975), mais 1197 milhares de contos.

Outras operações de redesconto: 41 385 milhares de contos (1974), 76 297 milhares de contos (1975), mais 34 912 milhares de contos.

Finalmente, o Crédito Agrícola de Emergência, que não se fez em 1974, surge na posição do redesconto em 1975 com o total de 511 milhares de contos.

Capital 18/9/76

# COMUNICADO

A TODOS OS TRABALHADORES DO DISTRITO DE LISBOA, INDEPENDENTEMENTE DA SUA PROFISSÃO

Em sequência das decisões da reunião geral de sindicatos, do dia 4 de Setembro, realizada no Instituto Superior Técnico, que contou com a presença de 170 direcções sindicais, reunião essa onde foi eleita a Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso — C. N. O. P. C., veio a realizar-se uma reunião com os sindicatos do distrito de Lisboa, filiados e não filiados na Intersindical Nacional. Nesta reunião elegeu-se uma Comissão Dinamizadora Distrital — C.D.D., com abertura a todos os sindicatos existentes no distrito que queiram participar na dinamização do Congresso de todos os sindicatos portugueses, pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Central Única dos Trabalhadores Portugueses.

Tem a Comissão Dinamizadora Distrital — C.D.D., como principal objectivo a discussão democrática de todos os problemas inerentes à realização do Congresso. A sua missão é só esta e não para decidir seja o que for, em vez dos trabalhadores e dos seus sindicatos, mas para ajudar a criar as condições para que todos os trabalhadores e todos os sindicatos possam participar na preparação do Congresso, assegurado o reforço da democracia sindical, já que só aos trabalhadores cabe a discussão e decisão do futuro do movimento sindical português.

Assim, a Comissão Dinamizadora Distrital — C.D.D., que já está a realizar reuniões em várias empresas e zonas, apela a todos os trabalhadores, seja qual for a sua profissão, a marcarem reuniões (nas fábricas, nos escritórios, no campo, etc.) para debate de todos os problemas respeitantes à realização do Congresso e a pressionar as suas direcções sindicais a participarem nesses debates, pois só assim a discussão será aberta, ampla e democrática e não como tem sido prática de algumas direcções sindicais, que têm os mais diversos artificios que só provocam strikos e desentendimentos entre os trabalhadores.

— PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES.

— PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES:

COMISSÃO DINAMIZADORA DISTRIITAL DE LISBOA  
(Funciona na União dos Sindicatos de Lisboa  
Rua Victor Cordon, 1, 2.º — LISBOA)

Lisboa, 16 de Setembro de 1976.

PUBLICIDADE

# Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Distrito do Porto

SECÇÃO DE SANTO TIRSO

# MOÇÃO

DELEGADOS SINDICAIS da área de SANTO TIRSO do Sector Têxtil, representando cerca de 20.000 trabalhadores, reunidos em plenário, discutiram no segundo ponto da Ordem de Trabalhos o andamento da preparação do Congresso de todos os Sindicatos, tendo aprovado o seguinte:

1. Dar todo o apoio à Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso, no sentido de preparar dentro do prazo estabelecido na última reunião de todos os Sindicatos em Lisboa em 4/9/76.
2. Que a Comissão Nacional Organizadora Provisória, combata todas as formas divisionistas que tentem destruir o Movimento Sindical português.
3. Reprovamos por todos os meios as Direcções Sindicais que pela forma divisionista têm actuado dentro do Movimento Sindical, entravando assim, a concretização do Congresso de todos os Sindicatos.

PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS  
PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES  
CONTRA O PLURALISMO PELA UNICIDADE  
PELA CENTRAL SINDICAL ÚNICA  
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS

Aprovada por maioria com uma abstenção.

Santo Tirso, 17 de Setembro de 1976.

OS DELEGADOS SINDICAIS

# INTERSINDICAL FAZ ACUSAÇÕES A DELEGADOS DO GOVERNO NO INATEL

A Intersindical acusa os dois administradores por parte do Estado, no INATEL — Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, de «uma série de medidas tendentes a boicotar o trabalho que o INATEL tem de desenvolver ao serviço dos trabalhadores».

Refere o comunicado de Intersindical que desde o 25 de Abril e até à substituição dos administradores primitivamente nomeados pelo Ministério do Trabalho «foram-se melhorando e corrigindo vícios antigos, alterando e substituindo programas e prestação de serviços, tudo num clima de entendimento entre todos os elementos da comissão administrativa (dois nomeados pelos sindicatos e dois pelo Estado) e entre estes e os trabalhadores em geral».

«Porém — diz a Intersindical —, com a nomeação do major Lobo César e do Dórdio Guimarães, redactor da revista «Vida Mundial», após o 25 de Novembro, o clima de entendimento foi-se deteriorando gradualmente até atingir uma situação que não pode deixar de ser denunciada. Está neste caso o facultar de documentos internos para publicação especulativa na revista em que o sr. Dórdio Guimarães acumula o seu segundo emprego.»

Mais adiante, e a propósito da frase «quem não estiver conosco quer trair Portugal», atribuída aos delegados do Governo e inserta num comunicado interno, a Intersindical chama a atenção do ministro do Trabalho para «a urgente necessidade de substituição dos dois elementos nomeados pelo seu antecessor, na certeza de que, com indivíduos cujas atitudes são inequivocamente antedemo-

cráticas e reaccionárias, se põe em perigo uma instituição que os trabalhadores pretendem ao seu serviço», rematando depois: «Dórdio Guimarães e Lobo César, ao colocarem-se na situação de «ou com eles ou contra a Pátria», são um exemplo acabado de falta de princípios democráticos, da restauração de um clima de coacção e intimação, numa palavra, do regresso ao antigamente».

Capital 18/9/76

# SINDICATO LIVRE DO NORTE DOS TRABALHADORES DE ARMAZÉM

10 Jan  
18/9/76

## REUNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

Realiza-se na sede deste Sindicato, na Rua de Camões, 219-6.º andar, no dia 18/9/76, pelas 16 horas, uma reunião geral de trabalhadores, para se darem informações e se discutir o CONGRESSO DOS SINDICATOS.

Como se trata de um assunto importante contamos com a tua presença.

NAO FALTES.

A Direcção

## Função pública: luta política em torno das eleições dos dirigentes sindicais

Seculo  
18/9/76

Avizinha-se uma intensa luta política no Sindicato da Função Pública da Zona Sul em torno do processo de eleição dos corpos dirigentes.

Numa reunião havida anteriormente no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, foram apresentadas dezasseis propostas de metodologia, de discussão e aprovação do regulamento e calendário, por delegações dos funcionários públicos.

No decorrer da assembleia foi decidido que a mesa que presidiu deverá enviar as propostas para os locais de trabalho até ao dia 20, a fim de serem votadas e discutidas em RGT. Os resultados terão de ser comunicados ao sindicato até 30 de Setembro, devendo ser afixados na respectiva sede e enviados a todas as delegações, vinculando-se a Comissão Directiva Regional Provisória (CD RP) a dar deles conhecimento através da Imprensa.

Haverá ainda possibilidade para os autores das propostas de até domingo as retirar ou fundir com outras, mas sempre de mútuo acordo.

### Debate e luta

Ainda naquela reunião foi aprovado que a preparação do congresso de todos os sindicatos para a unidade será objecto de debate pelos trabalhadores da função pública, com início dentro do prazo máximo de quinze dias.

Por outro lado, relativamente à questão eleitoral dos corpos gerentes, informaram-nos que se desenham, no campo da luta política sindical, três linhas de actuação, partindo todas elas em torno da sindicalização. Uma, pretendendo que o processo de sindicalização comece de novo, uma segunda pressionando para que o processo eleitoral se faça rapidamente (possivelmente Outubro), somente com os elementos que estão sindicalizados até agora, e uma outra apologista da extensão do processo de sindicalização a todos os trabalhadores, sem desfazer o que já está feito.

PUBLICIDADE

# STAL SINDICATO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

## O STAL e a ORGANIZAÇÃO PRÓ-SINDICAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

O relato da reunião geral de trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, inserto em alguns jornais do dia 10 do corrente («Diário de Notícias», entre outros), trouxe ao conhecimento do STAL afirmações ali proferidas que são ofensivas para os trabalhadores da Administração Local.

Não pretende a Comissão Coordenadora do STAL entrar em análises críticas quanto à actuação da Organização Pró-Sindical da Câmara Municipal de Lisboa porque entendemos que é problema que só aos respectivos trabalhadores diz respeito.

Da mesma forma entendemos que aos associados do STAL assiste legitimidade exclusiva para apreciação e julgamento da acção desenvolvida pela sua Comissão Coordenadora.

Daí que rejeitemos os termos ofensivos e caluniosos proferidos naquela reunião com referência ao STAL, mais próprios de arruaceiros e marginais do que de trabalhadores referindo-se a outros trabalhadores ou às suas organizações.

A ofensa gratuita e o recurso a mentiras são fracos alívios para organizações que se pretendem unidas pela identidade de interesses e objectivos.

É evidente que consideramos secundário determinar quem primeiro se constituiu — o STAL ou a Organização Pró-Sindical da Câmara Municipal de Lisboa —, interessando, sim, reconhecer que são duas realidades e devem caminhar para posições de unidade e de convergência no respeito pelas respectivas posições.

Mas devemos porém corrigir que o STAL, nascendo de um espontâneo movimento organizativo dos trabalhadores, se foi construindo ao longo de 15 meses para alcançar a maioridade no Porto, em 24 de Agosto de 1975, por voto de 2250 trabalhadores, (e não 1200, como depreciativamente foi afirmado), idos de todos os pontos do País.

Terminaremos este desagravo público às caluniosas referências afirmando aos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa o nosso respeito pelas suas opções organizativas e a nossa solidariedade para as suas lutas.

A sua actual Organização Pró-Sindical repetimos a proposta que antes apresentámos, sem resultado, à sua antecessora: preparar um plenário de trabalhadores onde a Comissão Coordenadora do STAL possa explicar como o STAL é um Sindicato democrático, partidário e independente e, ainda, refutar as injuriosas referências que, sem possibilidade de defesa, têm sido feitas ao STAL em plenários da Câmara Municipal de Lisboa.

Saudações sindicais.

Santarém, 13 de Setembro de 1976

Pe'l'A COMISSÃO COORDENADORA, transitoria

Seculo  
18/9/76

PUBLICIDADE

Seculo 18/9/76

# COMUNICADO

## CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES

A TODOS OS TRABALHADORES  
DO DISTRITO DE LISBOA,  
INDEPENDENTEMENTE DA SUA PROFISSÃO

Em sequência das decisões da Reunião Geral de Sindicatos, do dia 4 de Setembro, realizada no Instituto Superior Técnico, que contou com a presença de 170 Direcções Sindicais, Reunião essa, onde foi eleita a Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso — CNOPC, veio a realizar-se uma reunião com os Sindicatos do Distrito de Lisboa, filiados e não filiados na Intersindical Nacional. Nesta reunião, elegeu-se uma Comissão Dinamizadora Distrital — CDD, com abertura a todos os Sindicatos existentes no Distrito, que queiram participar na dinamização do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses, pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Central Unica dos Trabalhadores Portugueses.

Tem a Comissão Dinamizadora Distrital — CDD, como principal objectivo, a discussão democrática de todos os problemas inerentes à realização do Congresso. A sua missão é só esta, e não para decidir seja o que for, em vez dos trabalhadores e dos seus Sindicatos, mas para ajudar a criar as condições para que Todos os Trabalhadores e Todos os Sindicatos possam participar na preparação do Congresso, assegurando o reforço da democracia Sindical, já que só aos trabalhadores cabe a discussão e decisão do futuro do movimento sindical português.

Assim, a Comissão Dinamizadora Distrital — CDD, que já está a realizar reuniões em várias empresas e zonas, apela a todos os trabalhadores, seja qual for a sua profissão, a marcarem reuniões (nas fábricas, nos escritórios, no campo, etc.) para debate de todos os problemas respeitantes à realização do Congresso, e a pressionarem as suas Direcções Sindicais a participarem nesses debates, pois só assim a discussão será aberta, ampla e democrática, e não como tem sido prática de algumas Direcções Sindicais, que têm os mais diversos artificios que só provocam atritos e desentendimentos entre os trabalhadores.

— PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES

— PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES

COMISSÃO DINAMIZADORA DISTRIAL DE LISBOA

Funciona na Rua Victor Gordon, n.º 1-2.º — Lisboa

PUBLICIDADE

10 Jan 18/9/76

# CONGRESSO DOS SINDICATOS

## SINDICATO TÊXTIL DE BRAGA — SECÇÃO DE DELAËS

### MOÇÃO

- Considerando a importância da preparação do congresso dos sindicatos portugueses.
- Considerando a necessidade da participação activa de todos os trabalhadores na preparação do congresso.
- Considerando que têm de ser os trabalhadores a discutirem, entre si, a reestruturação do movimento sindical português, para que a unidade seja um facto incontestável.
- Considerando que é urgente os trabalhadores darem uma resposta firme às manobras divisionistas que o capitalismo e seus aliados tentam impor no seio do movimento sindical português.
- Delegados sindicais e trabalhadores têxteis, reunidos no seu Sindicato decidem:

1.º — Que o congresso a realizar seja o congresso de todos os sindicatos portugueses.

2.º — Que o congresso seja realizado este ano sem prejuízo de uma ampla discussão no seio da classe trabalhadora, através das suas organizações sindicais, quer no regulamento quer nas bases do congresso.

3.º — Que os trabalhadores participem activamente no congresso.

4.º — Defender intransigentemente uma central sindical única.

5.º — Defender que a unidade sindical fica expressa na lei.

6.º — Repudiar todas as actividades paralelas ao congresso que visem a divisão do movimento sindical.

PELO FIM DA EXPLORAÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM  
POR UMA SOCIEDADE SOCIALISTA

MOÇÃO APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO

Delães, 16 de Setembro de 1976.

Setembro 18/9/76

# SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

## REUNIÃO GERAL DE DELEGADOS SINDICAIS

# CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os Delegados Sindicais, da Zona deste Sindicato, para uma Reunião Geral de Delegados, a realizar nos dias 27 e 28 de Setembro, com início às 14 horas de 27/9/76, na União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa, Rua Castilho, 14, em Lisboa, com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS:

- 1—C. C. T. (Ponto da Situação)
- 2—Congresso Democrático de todos os Sindicatos para a Unidade
- 3—S. A. M. S.

Lisboa, 14 de Setembro de 1976

Pe'l'A DIRECÇÃO  
(ilegível)

## Sindicato

10 Jan 18/9/76

# dos Trabalhadores Têxteis do Distrito do Porto

SECÇÃO DE SANTO TIRSO

## MOÇÃO

DELEGADOS SINDICAIS da área de SANTO TIRSO do Sector Têxtil, representando cerca de 20 000 trabalhadores, reunidos em plenário, discutiram no segundo ponto da Ordem de Trabalhos o andamento da preparação do Congresso de todos os Sindicatos, tendo aprovado o seguinte:

1. Dar todo o apoio à Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso, no sentido de o preparar dentro do prazo estabelecido na última reunião de todos os Sindicatos em Lisboa em 4-9-76.
2. Que a Comissão Nacional Organizadora Provisória, combata, todas as formas divisionistas que tentem destruir o Movimento Sindical português.
3. Reprovamos por todos os meios as Direcções Sindicais que pela forma divisionista têm actuado dentro do Movimento Sindical, travando assim, a concretização do Congresso de todos os Sindicatos.

PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS  
PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES  
CONTRA O PLURALISMO PELA UNIDADE  
PELA CENTRAL SINDICAL ÚNICA  
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS

Aprovada por maioria com uma abstenção.

Santo Tirso, 17 de Setembro de 1976.

OS DELEGADOS SINDICAIS

10 Jan 18/9/76

# UNIÃO DOS SINDICATOS DO DISTRITO DE BRAGA

AVENIDA CENTRAL — BRAGA

## MOÇÃO

A comunicação do primeiro-ministro ao País, do dia 9 de Setembro, foi centro de larga discussão, pois a entendemos anticonstitucional e antioperária.

**Anticonstitucional**, porque ultrapassou e ignorou princípios fundamentais na Constituição, tais como:

- Transformação numa sociedade sem classes;
- Assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras;
- Socializar os meios de produção e riqueza;
- Abolir a exploração e a opressão do Homem pelo Homem;
- A apropriação colectiva dos principais meios de produção;
- A criação de comissões de trabalhadores com atribuições do controlo de gestão das empresas;

Etc...

**Antioperária**, porque foi um ataque cerrado aos trabalhadores e,

- Ignorou a incompetência do patronato (agentes do capitalismo internacional em Portugal), que originaram o fascismo;
- Ignorou a sabotagem económica do patronato;
- Ignorou os lucros desmesurados;
- Ignorou a falta de intervenção no mecanismo da inflação que originou a assustadora subida do custo de vida;
- Ignorou o espírito de sacrifício e vontade de progredir, característica da esmagadora maioria dos trabalhadores que dia a dia intervêm na reforma agrária;
- Ignorou que em todos os países da Europa, onde chegam trabalhadores portugueses, estes são considerados trabalhadores competentes, o que, entre outras coisas, nos dá a certeza de que não são os trabalhadores os culpados de este país não avançar.

Etc...

O primeiro-ministro afirmou categoricamente: «...**NÃO AO ESTADO PATRÃO**...», com todas as implicações que tal dito deste modo tem. — Esqueceu-se, contudo, de afirmar com a mesma firmeza: «**NÃO A EXPLORAÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM**».

Por tudo isto, mais uma vez se verifica que a classe operária e os trabalhadores em geral é afastada de decidir do seu destino e da aplicação justa e adequada da riqueza que quotidianamente cria.

Por isso, pretendemos afirmar, sem qualquer margem para dúvidas, que os trabalhadores pretendem criar riqueza; pretendem criar um país novo; pretendem necessariamente o ressurgimento de uma Sociedade mais justa, a Sociedade Socialista em Portugal.

Mas o que também ninguém deverá esquecer é que os trabalhadores só estarão dispostos a fazer sacrifícios se porventura lhes for dado controlar minuciosamente onde é aplicado o fruto do seu trabalho.

Sem participação dos trabalhadores em todos os sectores da vida de uma sociedade, não há socialismo.

Sem o controlo operário, continuará a exploração.

**Alerta, trabalhadores**, não permitamos que ninguém nos divida. Discutamos os problemas que são nossos com os colegas de trabalho, nos nossos Sindicatos, únicas organizações de classe que farão valer os nossos interesses; se o não fizermos, outros que têm interesses que não são os nossos o farão por nós.

Tenhamos a certeza que:

SÓ NA UNIDADE VENCEREMOS  
NÃO NOS DEIXEMOS ENGANAR

SINDICATO DA INDÚSTRIA HOTELEIRA DE BRAGA, SINDICATO DOS VESTUÁRIOS DE BRAGA, SINDICATO DO CALÇADO DE BRAGA, SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BRAGA, SINDICATO TÊXTIL DE GUIMARÃES, SINDICATO TÊXTIL DE DELAËS, SINDICATO TÊXTIL DE BARCELLOS, SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DE BRAGA, SINDICATO DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE BARCELLOS, SINDICATO DA SERRAÇÃO DE BARCELLOS.

# Concluído o projecto de regulamento do Congresso dos sindicatos

22x  
18/9/76

— documento será discutido nas empresas

Encontra-se já elaborado o projecto de regulamento do próximo Congresso de todos os Sindicatos, que será distribuído a todas as associações sindicais a partir de segunda-feira, para ser discutido pelos trabalhadores nas empresas e nas suas organizações.

O projecto resulta dos trabalhos da Comissão Nacional Organizadora Provisória (C. N. O. P.) do Congresso, e contempla, no fundamental, os projectos e as propostas de alteração enviados por diversos sindicatos e delegados sindicais, reflectindo o consenso unânime da comissão, salvo nos artigos em que se incluem propostas de alternativa.

Os resultados da discussão a que o projecto será agora submetido no seio do Movimento Sindical e dos trabalhadores serão depois comunicados à CNOP, através dos sindicatos. Posteriormente, o projecto será debatido e sujeito à aprovação em reunião geral de sindicatos.

As comissões dinamizadoras distritais do Congresso, constituídas por todos os sindicatos de cada distrito, caberá promover, mobilizar e incentivar as discussões nos locais de trabalho e nas associações sindicais, relativas ao projecto e às questões suscitadas pela realização do Congresso. «Só assim será possível atingir os objectivos do Congresso» — afirma a CNOP.

## SINDICATOS PARALELOS

De acordo com o projecto, o Congresso será constituído por todos os sindicatos portugueses. No caso dos sindicatos paralelos, que se pretendem representativos de uma ou mais categorias de trabalhadores na mesma área, compete à comissão organizadora «resolver a questão em conjunto com esses sindicatos, por forma a não reconhecer o pluralismo sindical, considerando para o efeito, entre outros factores, as datas das assembleias constitutivas e a regularidade da sua convocação.» Se houver desacordo, a comissão decide, havendo sempre recurso para a reunião geral de sindicatos a realizar trinta dias antes do Congresso (houtra alternativa, a decisão caberia ao próprio Congresso).

A representação de cada sindicato será proporcional ao número de trabalhadores sindicalizados, surgindo diversas alternativas quanto à forma de concretizar este princípio.

As deliberações do Congresso serão tomadas, em princípio, por maioria simples

de votos apurados. Quanto à votação, surgem duas possibilidades. «Exprimirá a vontade colectiva» da delegação de cada sindicato, «cabendo a cada delegação o número de votos proporcional ao número de trabalhadores sindicalizados, correspondendo a cada mil trabalhadores um voto». Em alternativa, a votação seria por delegado, com direito a um voto.

O projecto de regulamento prevê a ordem de trabalhos, escalonada ao longo de quatro dias e onze sessões. Assim, o Congresso visaria: apresentação do relatório da actividade do Secretariado da Intersindical Nacional — Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses; análise, discussão e deliberação pelos sindicatos filiados sobre alterações a introduzir nos Estatutos da Intersindical Nacional; do programa de acção e da Lei Sindical; eleição dos órgãos directivos.

A organização do Congresso compete a uma comissão nacional eleita em reunião geral aberta de todos os sindicatos portugueses, constituída em obediência a princípios que farão representar diversificadamente as várias zonas geográficas do Continente e Ilhas, os principais sectores de actividade, e os sindicatos filiados ou não filiados na Inter de diversas formas de pensamento com real expressão no movimento sindical.

## PRESENÇA DA IMPRENSA

Os representantes dos órgãos de comunicação social poderão assistir às sessões do Congresso, bastando, para isso, que o solicitem com a antecedência de oito dias, a fim de serem credenciados.

O projecto abre excepção, no entanto, para os órgãos «claramente reaccionários»,

que não poderão estar presentes. Compete à comissão organizadora a aplicação deste critério, cabendo à reunião geral preparatória do Congresso a decisão final dos casos em que não haja acordo.

Todos os contactos com os órgãos de comunicação ficarão a cargo de uma subcomissão para a Imprensa, a criar no seio da comissão organizadora.

## QUEM PARTICIPOU

O projecto de regulamento agora apresentado foi elaborado pela CNOP, constituída por organizações sindicais eleitas na última reunião geral de sindicatos, realizada em Lisboa no passado dia 4, com a presença de 170 sindicatos.

No entanto, furtaram-se aos trabalhos da comissão organizadora provisória seis sindicatos eleitos, afectos à corrente sindical da «Carta Aberta»: Bancários do Sul e Ilhas, Trabalhadores do Comércio de Lisboa, Trabalhadores de Escritório de Lisboa e Porto, Metalúrgicos de Aveiro e Rodoviários do Porto.

A elaboração do projecto ficou, portanto, a cargo dos restantes dezasseis sindicatos da CNOP e do Secretariado da Inter, contando-se entre aqueles, os sindicatos mais representativos do País, designadamente os grandes sindicatos operários.

Os projectos inicialmente apresentados eram da responsabilidade dos sindicatos dos Têxteis e Lanifícios do Sul, Transportes Rodoviários do Distrito de Setúbal, das Indústrias de Ourivesaria do Sul, e dos Trabalhadores de Comércio e Serviços do Distrito de Santarém. O projecto final resultou da elaboração desses documentos e das propostas de alterações apresentadas por diversos sindicatos e delegados sindicais.

PUB.

## SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Avenida Visconde Valmor, 34 - 1.º - LISBOA-1 - Telefones: 770274 - 763276 - 770066

### POR UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA PREVIDÊNCIA MOÇÃO

Os 170 Sindicatos presentes na Reunião Geral de Sindicatos, no Instituto Superior Técnico, em 4/9/76,

Considerando:

- Que os trabalhadores descontam dos seus salários para a Previdência muitos milhões de contos por ano (34 milhões é a previsão para 1976);
- Que, apesar desta fabulosa verba, a Previdência e a Saúde que lhes têm sido proporcionada é a que mantêm os reformados com pensões de miséria e Portugal como País da Europa com maior mortalidade infantil;
- Que, apesar dos esforços dos representantes do Movimento Sindical na gestão das Caixas, ainda não se conseguiu reestruturar a Previdência em termos democráticos, mantendo-se no essencial a estrutura fascista, devido aos boicotes do Ministério dos Assuntos Sociais;
- A linguagem tecnicista do Programa de Segurança Social e Saúde do Governo constitucional que revela uma concepção tecnocrática da gestão da Previdência que repudiam;

Que a gestão da Previdência, com a objectiva participação dos trabalhadores a todos os níveis — conforme a Constituição reconhece — será eficaz se for democratizada com economia de muitos milhões de contos;

DECIDEM:

- 1.º Manifestar ao Governo que nunca aceitarão o afastamento dos representantes do Movimento Sindical da Gestão das Caixas, em troca de qualquer falsa representação ou qualquer organismo-fantasma sem nenhuma intervenção efectiva, apenas para que se dê a aparência de respeitar a Constituição;
- 2.º Reivindicar a presença de representantes do Movimento Sindical no Instituto de Gestão Financeira da Previdência, o qual parece estar a ser constituído nas costas dos trabalhadores, bem como nos centros distritais e regionais de segurança social, de que fala o Programa de Governo;
- 3.º Reivindicar uma progressiva reestruturação orgânica e funcional da Previdência que vise a sua descentralização ao nível das empresas, com participação dos Delegados Sindicais à Previdência, cujas funções devem ser reconhecidas legalmente, com vista a:
  - a) Pagamento — nos locais de trabalho e sem atrasos — dos abonos de família e subsídios de doença, de nascimento, etc.;
  - b) Aumento e pontual pagamento das pensões de reforma e viuvez;
  - c) Criação do Serviço Nacional de Saúde, gratuito e eficaz, com participação e mobilização das populações para as tarefas sanitárias;
  - d) Apelar aos trabalhadores da Previdência para que cooperem nestes objectivos a favor da saúde e da segurança social do Povo Português.

(APROVADO POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO)

*Arquivo  
18/9/76*

PUB.

## UNIÃO DOS SINDICATOS DE AVEIRO

RUA DE BELÉM DO PARÁ N.º 4 — 1.º ESQ.  
TELEF. 28684  
AVEIRO

### MOÇÃO

Dirigentes, Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores reunidos em plenário na Sede da União Local de Sindicatos de S. João da Madeira, no dia 11/9/76, considerando:

- 1.º Que os Decretos-Leis 164/76, 471/76, 530/76, e o projecto do decreto-lei sobre o Controlo de Gestão, para além da sua inconstitucionalidade são manifestamente contra os interesses dos trabalhadores;
- 2.º Que os mesmos foram elaborados sem consulta prévia aos trabalhadores e suas organizações de classe, exigem:
  - 1.º — Imediata declaração de inconstitucionalidade dos mesmos e sua revogação;
  - 2.º — Que de futuro os trabalhadores e suas representações de classe sejam previamente consultadas, sobre os assuntos que só a eles dizem respeito;
  - 3.º — Que os órgãos do Governo, Assembleia da República e Presidente da República eleito, cumpram e façam cumprir a Constituição.

NOTA: Esta moção foi aprovada por maioria com dois votos contra.

*Arquivo  
18/9/76*

PUB.

## SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS DO DISTRITO DO PORTO

SECÇÃO DE SANTO TIRSO

### MOÇÃO

Delegados sindicais da área de Santo Tirso do Sector Têxtil, representando cerca de 20 000 trabalhadores, reunidos em plenário, discutiram no segundo ponto da ordem de trabalhos o andamento da preparação do Congresso De Todos Os Sindicatos, tendo aprovado o seguinte:

1. Dar todo o apoio à Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso, no sentido de o preparar dentro do prazo estabelecido na última reunião de todos os sindicatos em Lisboa em 4.9.76.
2. Que a Comissão Nacional Organizadora Provisória combata todas as formas divisionistas que tentem destroçar o movimento Sindical Português.
3. Reprovamos por todos os meios as direcções sindicais que pela forma divisionista têm actuado dentro do movimento sindical, entravando, assim, a concretização do Congresso De Todos Os Sindicatos.

PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS  
PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES  
CONTRA O PLURALISMO PELA UNICIDADE  
PELA CENTRAL SINDICAL ÚNICA  
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS

Santo Tirso, 17 de Setembro de 1976  
Aprovada por maioria com uma abstenção

OS DELEGADOS SINDICAIS

*Arquivo  
18/9/76*

## BANCÁRIOS DO BAIV CONTRA PARTICIPAÇÃO NA «CARTA ABERTA»

Os trabalhadores de Lisboa do Banco Agrícola e Industrial Viseense aprovaram uma proposta durante uma RGT realizada no passado dia 16, exigindo que a direcção do seu Sindicato «se desvincule da Comissão de Redacção da «Carta Aberta» e se integre na Comissão Nacional Organizadora Provisória (CNOP) contribuindo, assim, para que a unidade no movimento sindical português seja mantida e reforçada».

Nos considerandos da proposta, os trabalhadores bancários lembram que o seu

Sindicato foi eleito para fazer parte da CNOP do Congresso de Todos os Sindicatos portugueses, que a direcção não consultou a classe para se vincular à Comissão de Redacção da «Carta Aberta». Referem ainda que os Bancários já expressaram, na Assembleia Geral de 16/1/76 a vontade de se manterem na Intersindical, salientando por outro lado, que «a unidade da classe trabalhadora é factor primordial para a transformação da nossa sociedade, de modo a pôr fim à exploração do homem pelo homem».

*Arquivo 18/9/76*

Dlx 18/9/78

## Comércio e Escritórios exigem participação nas reuniões da Inter

Mais de 300 trabalhadores filiados no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria reuniram-se ontem, à noite, em assembleia geral, para decidirem sobre questões relacionadas com a participação daquela organização sindical nas reuniões da «Carta Aberta», complementada com a ausência às promovidas pela Intersindical Nacional, contrariando, deste modo, decisões já tomadas em anteriores assembleias.

Nesta assembleia geral foram aprovadas por esmagadora maioria, duas moções que lhe foram apresentadas. Assim, numa primeira moção em que se considera que «os trabalhadores deste sindicato já democraticamente se pronunciaram sobre a sua aderência à Intersindical Nacional» propõe-se

que «a direcção do nosso sindicato esteja presente em todos os seus plenários e reuniões».

Noutro ponto dessa moção, os seus autores pretendem que «seja dada ampla divulgação entre os trabalhadores deste sindicato dos resultados dos plenários e dos congressos e de outras questões de interesse para a classe trabalhadora» e que «a direcção do nosso sindicato não esteja presente em quaisquer reuniões efectuadas fora do movimento sindical português tais como as realizadas pelos sindicatos subscretores da «Carta Aberta».

Este documento aprovado pelos trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria vai ainda mais longe: considera «que estas reuniões realizadas fora da Central Uni-

ca de Trabalhadores só favorecem a direita reaccionária e as organizações do grande capital e dos latifundiários (CIP e CAP)». Ficou decidido, também, que «se considerem divisionistas todos os sindicatos que se recusem a debater as suas questões dentro da Central Única e antidemocráticas aquelas que não acatam as suas decisões aprovadas maioritariamente».

### PASSADO, PRESENTE E FUTURO

A segunda moção, também aprovada por esmagadora maioria dos trabalhadores presentes na assembleia geral ontem efectuada no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios de Leiria considera «a importância da realização do próximo Congresso Nacional dos Sindicatos português para a defesa do movimento sindical unitário dos trabalhadores, das suas conquistas revolucionárias do pós-25 de Abril, contra a recuperação das forças capitalistas e consequente avanço da direita».

Por isso, na moção se decide o apoio às decisões tomadas na última reunião geral de sindicatos, efectuada no dia 4, no Instituto Superior Técnico e em que estiveram presentes 167 sindicatos «o que representa uma grande derrota para aqueles que querem destruir a organização unitária dos trabalhadores».

Noutro ponto desta moção, os trabalhadores decidiram «continuar na primeira linha de combate pela defesa de uma única central sindical de que este sindicato foi durante o fascismo, nas piores condições, um tenaz defensor, estando, inclusivamente, no grupo dos sindicatos fundadores da Intersindical Nacional».

Um terceiro ponto contém um apelo «às direcções sindicais que ainda recusam o diálogo no seio das estruturas sindicais para se unirem a grande maioria dos sindicatos que lutam por um congresso de todos os sindicatos».

«Caso contrário», conclui esta moção, «contribuirão para a cisão do movimento sindical, grande aspiração da CIP, central dos capitalistas, e CAP, central dos latifundiários».

Dlx 18/9/78

O último programa «3.ª feira à noite», da R.T.P., constituiu um curioso debate sobre sindicalismo. Se não, vejamos: Dum lado, dois representantes da linha sindicalista que defende a unicidade, um dos quais de um sindicato não filiado na Intersindical Nacional. Do outro, dois elementos contestatários, pertencentes ao grupo da denominada Carta Aberta.

Um destes elementos (não fixe o seu nome) fez-me lembrar um destacado político no «Frente a frente» com o dr. Álvaro Cunhal, havido há meses, também na televisão. E isto porque, entre outros aspectos das suas muitas intervenções (e se não teve mais foi por uma questão de horário; é preciso poupar energia) me pareceu querer só para ele todo o tempo de antena. As suas arengas, sem quaisquer entraves, (falou como e quanto quis) e sobretudo as muitas interrupções aos seus opositores, quando estes estavam no uso da palavra, acho que não passaram despercebidas a ninguém.

Lamento que o sr. Joaquim Letria, como moderador neste debate, não tivesse sido mais rigoroso no cumprimento das regras do diálogo.

Os dois subscretores da Carta Aberta parece que foram para esta sessão mais dispostos a vender o seu peixe do que a comprar um simples carapau do gato aos outros. De estranhar também que qualquer um dos afectados por estas interrupções não tivesse feito valer os seus direitos de interlocutor, quando, no uso da palavra, esta lhe era cortada, sem qualquer cerimónia. É que democracia, e não é novidade para ninguém, não é só falar; é antes de tudo saber ouvir e fazer-se ouvir. E como tal quem esteja *devidamente* no uso da palavra, e enquanto no uso dela, tem o direito de ser ouvido e deve impôr-se e fazer respeitar esse direito sagrado; é uma obrigação que a democracia lhe comete. Sim, porque em democracia também há obrigações, mas para todos.

Mas mais curioso ainda foi aquela divagação sobre manipulações, golpismos, divisionismos, e não sei que mais, de que a Intersindical foi autora no tempo do gonçalvismo. Ai, seus democratas!...

Onde é que eu já ouvi frases recheadas de gonçalvismo?... Consultado gonçalvista, política gonçalvista, reinado gonçalvista, desastre gonçalvista, etc, etc... Lá que as ouvi, ouvi, e todas elas evadidas de boa dose de significado pejorativo. E se dissessemos agora que a tal Carta Aberta, com toda a sua doutrina e os fins que pretende atingir, é mais um reflexo dos tempos de «soarismo» que atravessámos. Se dissessemos... pois que os dois adeptos da unicidade sindical não o disseram e acho que fizeram bem. Como também me parece que procederam correctamente ao deixarem passar sem resposta aquelas referências ao gonçalvismo, manipulações, golpismos, etc. Estou certo que eles saberiam responder adequadamente, mas não fora esse o tema que ali os levava. O assunto a debater era bem mais importante para a vida sindical portuguesa do que o lavar de roupa suja sem interesse. Debater problemas relativos à unidade sindical — filiação de todos os sindicatos numa central única — é assunto candente, actual e com vista ao futuro. Ora esta central já existe. Que a Intersindical não tenha correspondido inteira e cabalmente aos seus objectivos, que se tenham cometido erros no seu seio (o seu representante não o escondeu) ninguém o nega. Daí o próximo congresso dos sindicatos (e não da Intersindical) e de todas as «demarches» pré-congressistas.

Discutam-se, pois, abertamente todas as divergências, com vista à unidade.

De um leitor devidamente identificado

Luta 18/9/78

## A LONGRA

### Contra os despedimentos

A comissão de trabalhadores dos sectores de Lisboa, da Metalúrgica da Longra divulgaram um comunicado em que acusam a administração da empresa de prometer o cumprimento da Portaria dos Metalúrgicos com data de 8/9/75, para desse modo dificultarem a reintegração dos trabalhadores despedidos.

Neste comunicado, é referido um outro da administração, com a data de fim de Agosto, em que se prometia a actualização dos salários de acordo com aquela portaria, mas no qual «a gerência indica que os trabalhadores se devem prepara-

rar para possivelmente não receberem ao fim de cada mês. Pensa a comissão de trabalhadores da Metalúrgica da Longra, que assim «abre a gerência a porta para não cumprir o que nálgumas linhas atrás prometia».

Os trabalhadores despedidos em referência neste comunicado são a consequência da luta desencadeada naquela empresa pela aplicação da portaria, quando a administração tentou lançar os trabalhadores da fábrica contra os de Lisboa.

Afirma-se no comunicado: «à medida que o tempo passa, maior é o número de trabalhadores que vê e sente que as promessas da gerência não servem para comprar comida, para pagar a renda da casa, os transportes, etc. E isto tanto acontece na fábrica como em Lisboa».

E a terminar afirma-se no comunicado: «Tal como não serve para resolver nenhum problema dos trabalhadores, mas sim para os agravar a demagogia também não conseguirá comprar o despedimento dos camaradas da CTL, desde que os trabalhadores da Metalúrgica da Longra osem lutar e nessa luta forjarão, certamente, a unidade que lhes permitirá alcançar a vitória».

## Sexto aniversário da Inter

A Intersindical Nacional vai celebrar, no próximo dia 2 de Outubro, o sexto aniversário da sua constituição, na clandestinidade.

Desconhece-se, por enquanto, o programa das comemorações.

## Bancários de Setúbal promovem colóquio sobre sindicalismo

A Comissão de Delegados de Setúbal do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas promove no próximo dia 22, pelas 21 horas, um colóquio sobre sindicalismo. O debate, que terá lugar no edifício do INATEL naquela cidade, é aberto a todos os trabalhadores, devendo estar presentes representantes dos sindicatos dos trabalhadores de escritório, jornalistas, metalúrgicos, radiotelevisivos e telefonistas.

Entre os diversos pontos a abordar no colóquio destacam-se: o papel dos sindicatos na actual situação política; o Congresso dos sindicatos — significado, importância e características que deve revestir no actual momento sindical; contratação colectiva.

18 SET. 1976

«Por um Sindicato Democrático e Independente»

# Apoiamos a Central Sindical Única e pugnamos pela verticalização — lista B do Comércio declara

Em conferência de Imprensa convocada ontem pelos membros que integram a lista «B» concorrente às eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio foi dado a conhecer o programa a cumprir, por aquela lista, no caso de obtenção da maioria dos votos.

A iniciar, afirmou-se: «Os trabalhadores que constituem a lista «por um Sindicato Democrático e Independente» apresentam à classe um programa de acção base de um trabalho pelo qual se comprometem a garantir a defesa de todos os trabalhadores. Cada trabalhador deve participar na vida sindical pois, só assim, é possível defender as liberdades democráticas contra todas as tentativas que visem submeter a sua organização autónoma. Deste modo deverão os trabalhadores lutar pela consolidação de uma democracia política e económica conducente a extinção de uma sociedade onde existem exploradores e explorados».

No campo da política sindical, a lista «B» propõe-se «lutar por

um sindicato que seja a vanguarda de todos os trabalhadores pondo em prática tudo quanto seja de interesse para a classe. São pois objectivos fundamentais acções reivindicativas, coerentes e eficazes; contencioso eficiente de forma a dar resposta rápida aos problemas dos trabalhadores; pugnar pela verticalização; melhorar as regalias sociais; uniformizar o horário de trabalho e desenvolver um amplo programa cultural e desportivo».

Outro importante ponto do programa foi definido, como segue: «apoiamos a central Sindical Única, e como defensores de um sindicalismo controlado pelas classes trabalhadoras, defendemos que os representantes dos sindicatos nessa central ou em qualquer organização de cúpula deverão ser eleitos em assembleia geral expressamente convocada para o efeito podendo caso se justifique serem substituídos da mesma maneira».

## PROGRAMA REIVINDICATIVO

A luta reivindicativa, conforme foi acentuado, obedecerá aos seguintes princípios e objectivos:

«Não podendo desligar-se dos outros objectivos da luta dos trabalhadores, a melhoria da sua situação económica e, neste momento, um objectivo fundamental a atingir.

Como tal defendemos: — Para trabalho igual, salário igual; diminuição do leque salarial; estabelecimento de novos salários mínimo e máximo; 40 horas semanais para todos os trabalhadores; contratos colectivos verticais, única forma de todos os trabalhadores terem as mesmas regalias sociais, independentemente do sector sócio-profissional a que pertençam.»

A propósito da preponderância feminina no Sindicato foi salientado: «Como é do conhecimento de todos, o nosso sindicato é composto na sua maioria por mulheres, e como tal não podiam ser esquecidas. Fundamentalmente no que se refere a condições de trabalho, higiene, assistência médica e ritmos de trabalho, há toda uma importante luta a desenvolver no sentido de oferecer às mulheres trabalhadoras condições de trabalho que lhes permitam fazer face ao imenso desgaste físico-psíquico a que estão sujeitas. Para tal, propomos discutir com todas as trabalhadoras, quais as medidas a tomar no sentido de conseguirmo estes objectivos. Regalias sociais: Que a idade limite com direito a reforma, seja fixada entre os 55 e os 60 anos de idade e que as reformas sejam actualizadas anualmente em conformidade com o aumento do custo de vida ao longo de cada ano.»

# Trabalhadores na Imprensa

## contra Direcção Sindical

As decisões de uma assembleia recentemente levada a efeito e na qual a direcção do Sindicato dos Trabalhadores na Imprensa se obrigava a desligar-se dos sindicatos subscretores da «Carta Aberta» não estão a ser cumpridas — segundo informam o signatário e sócios apoiantes da proposta aprovada por grande maioria no referido plenário.

Aquela direcção acabaria ainda por recusar a publicação na Imprensa da citada proposta que, além do rompimento com a «Carta Aberta», a vinculava a participar em todas as

reuniões convocadas pelo Secretariado da Intersindical, e a alinhar na defesa das posições até agora assumidas em relação ao Congresso dos Sindicatos, pela Comissão Organizadora Provisória.

A denúncia sobre a atitude da direcção do Sindicato de Trabalhadores na Imprensa, levada a efeito pelo grupo de sócios apoiantes daquela proposta, engloba, igualmente, a crítica ao comportamento de missionista de todos os membros da assembleia geral no plenário, a que fazemos referência, e que tinha como ponto único da ordem de trabalhos o Congresso dos Sindicatos.

## PROBLEMAS NO INATEL

### Intersindical pede substituição dos dois delegados do Governo

«Quem não estiver connosco quer trair Portugal» — afirmam os dois delegados do Governo no Inatel, em documento interno, datado de 2 de Setembro, segundo denuncia num comunicado à Imprensa, o departamento de Informação e Propaganda da Intersindical Nacional.

Esta frase, da autoria dos dois delegados, major Lobo César e Dórdio Guimarães, demonstra, segundo o comunicado, «a vivência democrática que estes senhores querem impor aos organismos».

No campo da deterioração da situação no Inatel, provocada pela nomeação dos novos delegados, ao expirar o VI Governo, é denunciada «uma série de medidas tendentes a boicotar o trabalho que o Inatel tem de desenvolver ao serviço dos trabalhadores, medidas essas que têm sido empreendidas pelos dois administradores, nomeados pelo Governo, exactamente nos últimos dias em que o capitão Tomás Rosa foi ministro do Trabalho».

De acordo com o comunica-

do, o clima de deterioração é agravado por factos como a utilização «de documentos internos para publicação especulativa» na «Vida Mundial», onde Dórdio Guimarães é redactor.

Contrariamente, «até à substituição dos administradores primitivamente nomeados pelo Ministério do Trabalho (...) embora com as dificuldades inerentes à envergadura das medidas a tomar, foram-se melhorando e corrigindo vícios antigos, alterando e substituindo programas e prestação de serviços, tudo num clima de entendimento entre todos os elementos da comissão administrativa e entre estes e os trabalhadores em geral».

Depois do 25 de Abril, a FNAT transformou-se por iniciativa dos trabalhadores no Inatel, Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, tendo passado a sua administração a ser eleita pelos sindicatos portugueses (dois membros) e de nomeação do Ministério do Trabalho (outros dois).

Assim, a Intersindical Nacional, ao «mesmo tempo que torna pública esta posição, chama a atenção do ministro do Trabalho para a urgente necessidade de substituição dos dois elementos nomeados pelo seu antecessor, na certeza de que, com indivíduos cujas atitudes são inequivocamente antidemocráticas e reaccionárias, se põe em perigo uma instituição que os trabalhadores pretendem ao seu serviço».

E, a terminar, afirma a Intersindical: «Dórdio Guimarães e Lobo César, ao colocarem-se na situação de «ou com eles, ou contra a Pátria» são um exemplo acabado de falta de princípios democráticos, da restauração de um clima de coacção e intimidação, numa palavra, do regresso ao antigamente».

PUB

# SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA VIDREIRA

## CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

### A TODOS OS TRABALHADORES DO DISTRITO DE LISBOA, INDEPENDEN- TAMENTE DA SUA PROFISSÃO

Em sequência das decisões de Reunião Geral de Sindicatos, do dia 4 de Setembro, realizada no Instituto Superior Técnico, que contou com a presença de 170 Direcções Sindicais, reunião essa onde foi eleita a Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso — CNOPC, veio a realizar-se uma reunião com os sindicatos do Distrito de Lisboa, filiados e não filiados na Intersindical Nacional. Nesta reunião, elegeu-se uma Comissão Dinamizadora Distrital — CDD, com abertura a todos os Sindicatos existentes no Distrito, que queiram participar no Congresso de todos os Sindicatos Portugueses, pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Central Única dos Trabalhadores Portugueses

Tem a Comissão Dinamizadora Distrital CDD, como principal objectivo a discussão democrática de todos os problemas inerentes à realização do Congresso. A sua missão é só esta, e não para decidir seja o que for, em vez dos trabalhadores e dos seus sindicatos, mas para ajudar a criar as condições para que Todos os Trabalhadores e Todos os Sindicatos possam participar na preparação do Congresso, assegurando o reforço da Democracia Sindical, já que aos trabalhadores cabe a discussão e decisão do futuro do Movimento Sindical Português.

Assim, a Comissão Dinamizadora Distrital CDD, que já está a realizar reuniões em várias empresas e zonas, apela a todos os trabalhadores, seja qual for a sua profissão, a marcarem reuniões (nas fábricas, nos escritórios, no campo, etc.) para debate de todos os problemas respeitantes à realização do Congresso, e a pressionarem as suas Direcções Sindicais a participarem nestes debates, pois só assim a discussão será aberta, ampla e democrática e não como tem sido prática de algumas direcções sindicais, que têm os mais diversos artificios que só provocam atritos e desentendimentos entre os trabalhadores.

**PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES.**

**PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES.**

A CDD — Comissão Dinamizadora Distrital funciona na União dos Sindicatos de Lisboa, Rua Vitor Cordon, 1-2.º, Lisboa.

A COMISSÃO DINAMIZADORA  
DISTRITAL DE LISBOA

Lisboa, 16 de Setembro de 1976

# SUBSTITUIÇÃO DOS ADMINISTRADORES nomeados por Tomás Rosa para o Inatel

A Intersindical acaba de emitir um comunicado, no qual se debruça sobre a actividade do Inatel.

Afirma a Intersindical:

«Integrada na ofensiva desencadeada pelas forças empenhadas na prática de uma política anti-operária contra as organizações dos trabalhadores, ou a sua participação em organismos que pelas suas funções sociais deverão estar integralmente ao serviço das massas populares, assiste-se, neste momento, a uma série de medidas tendentes a boicotar o trabalho que o Inatel tem de desenvolver ao serviço dos trabalhadores, medidas essas que têm sido empreendidas por parte dos dois administradores, nomeados pelo Governo exactamente nos últimos dias em que o capitão Tomás Rosa foi ministro do Trabalho. A par disso, uma revista estatuizada, onde é redactor um desses administradores, está a desencadear uma campanha de difamação que visa o descrédito do organismo e, seguramente, o seu regresso ao passado.

Após o 25 de Abril, a F. N. A. T., organismo cujas actividades sempre foram directa ou indirectamente, pagas pelos trabalhadores transformou-se, por iniciativa dos mesmos, ao Inatel-Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores. A sua administração passou a ser da eleição dos sindicatos portugueses (2 membros) e de nomeação do Ministério do Trabalho (outros 2). A partir daí, o Inatel funcionou, desenvolveu actividades, onde foi possível e era mais necessário, procedeu a reformas de democraticidade interna, beneficiou os seus trabalhadores em diversos e importantes aspectos e apresentou um projecto global de reestruturação ao Ministério do Trabalho.»

«A substituição dos administradores primitivamente nomeados pelo Ministério do Trabalho, o que ocorreu no expirar do VI Governo Provisório, embora com as dificuldades inerentes à envergadura das medidas a tomar, foram-se melhorando e corrigindo vícios antigos,

alterando e substituindo programas e prestação de serviços, tudo num clima de entendimento entre todos os elementos da comissão administrativa e entre estes e os trabalhadores em geral. Porém, com a nomeação do major Lobo César e de Dórdio Guimarães, redactor da «Vida Mundial» após 25 de Novembro, o clima de entendimento que devia existir entre os membros da comissão administrativa foi-se deteriorando gradualmente até atingir uma situação que não pode deixar de ser denunciada. Está neste caso o facultar de documentos internos para publicação especulativa na revista em que o sr Dórdio Guimarães acumula o seu segundo emprego.

Nos há ainda situações pro-

## ASSEMBLEIA GERAL DOS AJUDANTES DE FARMÁCIA

No anfiteatro de Minas do Instituto Superior Técnico, realiza-se, na segunda-feira, uma assembleia geral do Sindicato dos Ajudantes de Farmácia do Sul e Ilhas, para fazer o ponto da situação do seu processo reivindicativo, que se arrasta há 16 meses, e cuja resolução deverá ocorrer brevemente, pois se encontra em fase de arbitragem. A assembleia foi convocada por decisão dos corpos gerentes do Sindicato, tomada na última reunião, e tendo em conta que a morosidade da resolução dos pontos em litígio os prejuízos que advêm: para os trabalhadores do arrastar do problema, e o perigo de uma eventual resolução contraída aos seus interesses exigem que a classe se mantenha mobilizada e informada e se pronuncie sobre as formas de luta a adoptar, única forma de os trabalhadores «se manterem unidos, calmos, mas atentos».

avelmente mais graves. Com efeito, um documento importante de reorganização interna dos serviços, que se impunha já ter entrado em funcionamento, está, inexplicadamente retido, para análise dos administradores por parte do Governo. Por outro lado, tais administradores fomentam a divisão entre os trabalhadores, criam um clima de descontentamento e de permanente intriga, numa palavra, deterioram as relações humanas dentro do Inatel.

Num comunicado interno, de 2 de Setembro, devidamente subscrito pelos delegados do Governo, lê-se esta frase: «Quem não estiver connosco quer trair Portugal», depois de afirmarem a sua intransigência e não aceitação de qualquer tentativa que atente contra a democrática vivência do Inatel. Esta frase, digna de Salazar mas que Caetano já não teria coragem para subcrever, diz bem da democrática vivência que estes senhores querem impor no organismo.»

## «URGENTE NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DOS DOIS ELEMENTOS NOMEADOS POR TOMÁS ROSA»

A concluir:

«Evidentemente que a compo-

sição actual da comissão administrativa, com os dois elementos de nomeação governamental, cuja ideologia está bem traduzida na frase citada, só poderá conduzir a situações de impasse a nível de decisões. Evidente é ainda que o Inatel terá de ser uma estrutura dinâmica, virada exclusivamente para a satisfação das necessidades dos trabalhadores e tal objectivo será sempre impossível de conseguir numa situação em que metade da administração é notoriamente contra os interesses dos mesmos.

A Intersindical Nacional, ao mesmo tempo que torna pública esta posição, chama a atenção do ministro do Trabalho para a urgente necessidade de substituição dos dois elementos nomeados pelo seu antecessor, na certeza de que, com indivíduos cujas atitudes são inequivocamente antidemocráticas reaccionárias, se põe em perigo uma instituição que os trabalhadores pretendem ao seu serviço. Dórdio Guimarães e Lobo César, ao colocarem-se na situação de «ou com eles, ou contra a pátria» são um exemplo acabado de falta de princípios democráticos, da restauração de um clima de coacção e intimidação, numa palavra, do regresso ao antigamente.»

PUBLICIDADE

## SINDICATO DA ACTIVIDADE CINEMATOGRAFICA

Sede: Rua D. Pedro V, 60 - 1.º Esq. — LISBOA - 2 — Telefone: 32 26 60  
Delegação no Norte: Rua de Santo Ildefonso, 77 — PORTO — Telefone: 022 19 75

### CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

### COMUNICADO

### A TODOS OS TRABALHADORES DO DISTRITO DE LISBOA INDEPENDENTEMENTE DA SUA PROFISSÃO

Em consequência das decisões da Reunião Geral de Sindicatos do dia 4 de Setembro, realizado no Instituto Superior Técnico, que contou com a presença de 170 direcções sindicais, reunião essa, onde foi eleita Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso-CNOP, veio a realizar-se uma reunião com os Sindicatos do Distrito de Lisboa, filiados e não filiados na Intersindical Nacional. Nesta reunião, elegeu-se uma Comissão Dinamizadora Distrital-CDD, com abertura a todos os Sindicatos existentes no Distrito, que queiram participar na dinamização do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses, pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Central Única dos Trabalhadores Portugueses.

Tem a Comissão Dinamizadora Distrital-CDD, como principal objectivo a discussão democrática de todos os problemas inerentes à realização do Congresso. A sua missão é só esta e não pode decidir seja o que for em vez dos trabalhadores e dos seus Sindicatos, mas para ajudar a criar as condições para que TODOS os trabalhadores e TODOS os Sindicatos possam participar na preparação do Congresso, assegurando o reforço da democracia sindical, já que só aos trabalhadores cabe a discussão e decisão do futuro do movimento sindical português.

Assim, a Comissão Dinamizadora Distrital-CDD, que já está a realizar reuniões em várias empresas e zonas, apela a todos os trabalhadores, seja qual for a sua profissão, a marcarem reuniões (nas fábricas, nos escritórios, no campo, etc.) para debate de todos os problemas respeitantes à realização do Congresso e a pressionarem as suas direcções sindicais a participarem nesses debates, pois só assim a discussão será aberta, ampla e democrática e não como tem sido prática de algumas direcções sindicais, que têm os mais diversos artifícios que só provocam atritos e desentendimentos entre os trabalhadores.

- Pelo Congresso de todos os Sindicatos Portugueses.
- Pela Unidade dos Trabalhadores.

Lisboa, 16 de Setembro de 1976.

Comissão Dinamizadora Distrital de Lisboa

publicidade

Luta 18/9/76

# Portugal: que sindicalismo?

por Jorge P. Rodrigues

O Movimento Sindical Português encontra-se num momento decisivo da sua história e todos os trabalhadores devem tomar consciência disso, pois a futura sociedade, que ambicionamos seja mais justa e fraterna, depende da estabilização política-económica-social e encontra-se ligada directamente à nossa capacidade de trabalho, de criar riqueza, e do perfil sindical que os trabalhadores Portugueses livremente escolherem. De facto, existe ainda uma grande falta de interesse pela vida sindical, motivada por um insuficiente esclarecimento, que alguns aprendizes de revolucionários teimam em prolongar (nem só os fascistas vivem do obscurantismo e ignorância do povo), e agravada pelas actuais perturbações relacionadas com a organização do próximo Congresso dos Sindicatos. Disto e muito mais que é do conhecimento geral, está em vias de resultar uma cisão definitiva, sendo evidente que ela sempre existiu em estado latente, fruto da partidarização sindical, na qual a Intersindical foi quem mais se evidenciou (mas não só), provocando uma tal divisão entre os trabalhadores, que só muito dificilmente será ultrapassada nos tempos mais próximos.

Não sendo novidade esta instabilidade sindical, visto que o que cá sucede agora aconteceu já na Itália, na França e na Alemanha a seguir à II Guerra Mundial, útil será que encontremos as causas desta crise, afim de que nos seja possível optar conscienciosamente por uma estrutura que mais se adapte à maneira de ser natural da maioria dos trabalhadores Portugueses. Caso não se rejeite tudo o que é antidemocrático e golpista, abandonando o actual sectarismo, entraremos num círculo vicioso e nunca mais

alguém se entenderá. Não será isto que alguns hábeis manipuladores pretendem?

Vem também a propósito referir a recente mesa-redonda na TV, em que pela 1.ª vez estiveram frente a frente representantes de duas concepções sindicais diferentes. Não se foi até ao fundo das questões, até porque o tempo de emissão não o permitiu, mas foi positivo que pela primeira vez dirigentes eleitos pelos trabalhadores tivessem apresentado ao fim de tanto tempo algumas das causas do actual impasse. Foi pena, por exemplo, que, quando Vítor Gonçalves, do Sind. Bancários Sul (linha da Carta Aberta), disse que a Inter tinha que admitir que existiam várias correntes sindicais, se tivesse ficado por ali, em vez de as apontar, esclarecendo quais as diferenças e os princípios doutrinários, meios e objectivos de cada uma. Ou porque não sabia ou porque não quis, apenas disse mais que só ali estavam representadas duas mas que existiam mais e que nenhuma se devia excluir, o que me parece certo.

Ora, tal como politicamente deparamos com várias ideologias, também no campo sindical existem várias correntes sindicais, tendo já surgido quem defenda o direito de tendência dentro dos nossos sindicatos (copiando mais ou menos o que há anos se fez na Itália), para evitar maior divisionismo entre os trabalhadores. Uma vez que qualquer tendência deriva duma corrente sindical, julgo conveniente identificar as que existem no Mundo, já que até agora muito poucos sindicalistas se têm preocupado em esclarecer os trabalhadores, o que teria sido uma forma pedagógica e útil para uma opção consciente por aquela que

melhor defendesse os seus direitos e interesses. Eis, pois, resumidamente, as várias correntes existentes, as duas primeiras já com apreciável implantação no nosso País:

1) SINDICALISMO MARXISTA-LENINISTA (COMUNISTA)

— O objectivo final tem duas fases: antes da abolição do capitalismo, o sindicato, sob a vanguarda da classe operária (que dizem ser o Partido-Comunista), há-de destruir o capitalismo e o «Estado-burguês»; depois da supressão do capitalismo, os sindicatos perdem as suas funções reivindicativas, transformando-se em órgãos de gestão da sociedade comunista, integrados na estrutura do Estado e cumprindo as instruções do partido.

— Princípios doutrinários: derrube do capitalismo e estabelecimento, que dizem ser provisório, da ditadura do proletariado, e em seguida a criação duma sociedade comunista. Para isso, os sindicatos devem cumprir as instruções e servir os desígnios do Partido Comunista, considerado sempre a «vanguarda» que comanda o processo revolucionário.

— Meios: antes da abolição do capitalismo e mediante a já referida orientação do Partido Comunista, os sindicatos recorrerão à acção reivindicativa e à acção bélica (greves, sabotagens, etc.) com o intuito da destruição violenta do capitalismo. Uma vez tal conseguido, os trabalhadores ficam impedidos, por exemplo, de recorrerem à greve para defesa dos seus interesses. Tal como sucede nos países da Europa de Leste, sob o argumento de que já não se justifica.

Em Portugal é evidentemente

esta a corrente seguida pela Intersindical e os Sindicatos a ela afectos, com algumas variantes por parte de sindicalistas da UDP, MES, etc. Registe-se ainda que os sindicalistas «Maioistas» (MRPP, PCP-ml, etc.), ainda que com actuação de contestação à INTER, se baseiam também nos princípios marxistas-leninistas atrás citados. Claro está que em todos os países designados socialistas se segue esta linha, que tem ainda forte implantação em França (CGT-2 300 000 filiados) e Itália (CGIL-3 400 000 filiados).

2) SINDICALISMOS REFORMISTA (SOCIAL-DEMOCRÁTICO OU SOCIALISTA-DEMOCRÁTICO)

— Objectivo final: transformação do capitalismo por etapas, através de reformas, até se organizar um socialismo democrático, em liberdade.

— Princípios doutrinários: defende a via democrática e eleitoral, excluindo qualquer ditadura política, visando a democratização da propriedade e da decisão. Apesar de considerar algumas das análises económicas e sociológicas do marxismo, recusa a tomada do poder pela força, defendendo os direitos humanos e partilhando pois duma ideologia — o socialismo democrático — que propõe reformas impulsionadoras de satisfação das necessidades de base, do cooperativismo, da socialização dos sectores económicos importantes, da cogestão/autogestão, da participação dos trabalhadores em todas as instâncias económicas, sociais e políticas da sociedade.

— Meios: recorrem aos meios pacíficos de pressão, à negociação e à greve, reivindicando

não só regalias sociais e económicas, mas também transformações quantitativas e qualitativas no sistema social e económico. Mantendo-se independentes dos partidos, apoiam aqueles que lutam por idênticos princípios. Quando instaurada a sociedade socialista, contrariamente aos sindicatos comunistas e fascistas, não se tornam organismos integrados no Estado. A autogestão é a solução para a sociedade nova que propõem.

É esta a corrente em que se integram grande parte dos chamados Sindicatos Democráticos signatários da Carta Aberta, se bem que com apreciáveis hesitações, pois só os sindicalistas social-democratas (afectos ao PPD) optaram claramente por esta linha, estando os socialistas ainda por definir. Na Europa Ocidental encontra-se fortemente implantada: Alemanha Federal (DGB-6 500 000 filiados), Inglaterra (TUC-9 400 000), França (FO-600 000), Itália (UIL-800 000), Bélgica (FGTB-850 000), Holanda (NVV-570 000), Dinamarca (LO-895 000), Noruega (LD-585 000), Suécia (LO-1 800 000) e Austria (ÖGB).

3) ANARCO-SINDICALISMO (REVOLUCIONÁRIO)

— Objectivo final: abolição da propriedade privada e com ela da classe patronal, e abolição do Estado, considerado instrumento de opressão e exploração.

— Princípios doutrinários: anarquismo com a sua exaltação dos direitos individuais, a sua mística de violência, a sua condenação simultânea da propriedade privada e do Estado, o seu internacionalismo, etc.

— Meios: boicotagem, sabo-

tagem e greve geral. A única luta justa é a sindical, por isso é conduzida independentemente de partidos, sendo o sindicato a célula base da reorganização social.

Já teve forte implantação em Portugal, durante a I República, mas presentemente não tem expressão.

4) SINDICALISMO CRISTÃO-DEMOCRATA

— Objectivo final: condenando os abusos do sistema capitalista procura transformá-lo e humanizá-lo na prática.

— Princípios doutrinários: decorrem da doutrina social da Igreja, exaltando os ideais cristãos do personalismo, do amor e de fraternidade humana. Os sindicatos devem ser independentes dos partidos e do Estado.

— Meios: predominantemente a negociação e em último recurso a greve. O sindicalismo cristão evoluiu recentemente para uma prática semelhante ao reformismo.

Não tem expressão em Portugal, mas existe em vários países da América Latina e na Europa: Itália (CISL-2 200 000 filiados), França (CFTC-150 000 filiados), Bélgica (CSC-950 000 filiados) e Holanda (NKV-400 000 filiados).

5) SINDICALISMO DE BEM ESTAR (AMERICANO)

— Objectivo final: melhorar o mais possível os interesses materiais e sociais dos trabalhadores, não pretendendo suprimir o sistema capitalista mas sim tirar dele todas as vantagens.

— Princípios doutrinários: pouco explícitos visto funciona-

## Portugal: que sindicalismo

(Continuação da pág. 3)

rem dentro do sistema capitalista, isto é, tal como o objectivo duma empresa é maximizar os lucros, assim o objectivo do sindicato é o de vender o factor trabalho ao preço mais elevado possível.

— Meios: escolhem os que consideram mais eficazes para melhorar a condição material dos seus associados, ora em posição conciliatória ora de ruptura. A sua tática, face ao patronato, resume-se: «castigam os seus inimigos e recompensam os amigos».

Evidentemente que é esta a corrente sindical dos trabalhadores, dos E. Unidos da América, cuja cúpula é a A.F.L. — C.I.O.

Para além destas correntes sindicais, existe uma outra que todos os trabalhadores Portugueses conheceram bem e que votaram ao desprezo, trata-se obviamente do chamado sindicalismo Corporativista-Nacionalista (fascista), cujo objectivo era colaborar e zelar pela «harmonia-

-social», dependendo dos interesses nacionais, que o Estado Novo definia, fiscalizando os sindicatos. Não merece a pena tecer mais considerações, pois durante 40 e tal anos todos vimos bem os processos utilizados pela ditadura para amarrar e controlar os trabalhadores deste País.

Estamos pois em tempo de opção. Necessário se torna que todos os trabalhadores se informem e se esclareçam, promovendo o diálogo democrático, princípio indispensável para se obter um consenso da orientação sindical que a maioria dos trabalhadores perfilham e, consequentemente, a almejada e verdadeira unidade, construída em liberdade. Efectivamente, só pela verdade o trabalhador se emancipará e libertará de todas as opressões, alienações e explorações. Começemos pois já hoje a construir o Portugal de amanhã trabalhando com fé no futuro da Pátria.

## DELEGADOS DO GOVERNO IMPEDEM FUNCIONAMENTO DO INATEL

Segundo comunicado divulgado pelo Departamento de Informação e Propaganda da Intersindical Nacional, a presença dos senhores Dórdio Guimarães e major Lobo César como membros da Comissão Administrativa do INATEL torna impossível um funcionamento dinâmico e virado «exclusivamente para a satisfação das necessidades dos trabalhadores» desta organização.

Após situar o que se passa actualmente no INATEL «na ofensiva desencadeada pelas forças empenhadas na prática de uma política antioperária contra as organizações dos trabalhadores», o comunicado historia a transformação do INATEL (ex-FNAT), após o 25 de Abril, por iniciativa dos trabalhadores. Para acrescentar a dado passo: «com a nomeação do major Lobo César e de Dórdio Guimarães, redactor da «Vida Mundial» após o 25 de Novembro, o clima de entendimento que devia existir entre os membros da Comissão Administrativa foi-se deteriorando gradualmente até atingir uma situação que não pode deixar de ser denunciada. Está neste caso o facultar de documentos internos para publicação

especulativa em que o sr. Dórdio Guimarães acumula o seu segundo emprego».

Segundo o Departamento da Informação e Propaganda da Intersindical há, porém, situações «mais graves». «Com efeito» — continua o comunicado — «um documento importante de reorganização interna dos serviços, que se impunha já ter entrado em funcionamento, está, inexplicavelmente retido, para análise dos administradores por parte do Governo. Por outro lado, tais administradores fomentam a divisão entre os trabalhadores, criam um clima de descontentamento e de permanente intriga, numa palavra deterioram as relações humanas dentro do INATEL».

E o documento da Intersindical revela mais. Assim «num comunicado interno, de 2 de Setembro, devidamente subscrito pelos delegados do Governo, lê-se esta frase: *quem não estiver conosco quer trair Portugal*, depois de afirmarem a sua intransigência e não aceitação de qualquer tentativa que atente contra a *democrática vivência* do INATEL. Esta frase, digna de Salazar mas que Caetano já não teria coragem

para subscrever, diz bem da *democrática vivência* que estes senhores querem impor no organismo.

Evidentemente que a composição actual da Comissão Administrativa, com os dois elementos de nomeação governamental cuja ideologia está bem traduzida na frase citada, só poderá conduzir a situações de impasse a nível de decisões».

Concluindo afirma o comunicado: «a Intersindical Nacional, ao mesmo tempo que torna pública esta posição, chama a atenção do ministro do Trabalho para a urgente necessidade de substituição dos dois elementos nomeados pelo seu antecessor, na certeza de que, com indivíduos cujas atitudes são inequivocamente antidemocráticas e reaccionárias, se põe em perigo uma instituição que os trabalhadores pretendem ao seu serviço. Dórdio Guimarães e Lobo César, ao colocarem-se na situação de «ou com eles, ou contra a Pátria» são um exemplo acabado de falta de princípios democráticos, da reestruturação de um clima de coacção e intimidação, numa palavra, do regresso ao antigamente».

### Mais documentos «fantasmas»

## SINDICATO TÊXTIL DENUNCIA «MANOBRA PARTIDÁRIA»

Reagindo contra um documento da autoria dos Sindicatos subscritores da «Carta Aberta», posto a circular em algumas fábricas do sector dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, a direcção deste Sindicato divulga um comunicado em que denuncia os objectivos divisionistas das «forças partidárias que utilizam os seus militantes no interior das empresas», para provocar «situações de rotura».

O referido documento que se destina a recolha de assinaturas é considerado pela direcção do Sindicato dos Têxteis como um meio propício à aplicação das «medidas de agravamento da exploração anunciadas pelo Governo», e nas quais se inserem «o reforço do autoritarismo dos patrões, o aumento das horas diárias de

trabalho e os despedimentos».

Depois de lembrar que os Sindicatos subscritores da «Carta Aberta» foram convidados a participar na última Assembleia de Delegados e na Reunião Geral de Trabalhadores do sector de Têxteis, com direito a intervir e a expor os seus pontos de vista, o comunicado salienta que «não é democrático o uso de métodos como este do abaixo-assinado, quando acerca do Congresso dos Sindicatos e da reestruturação da Intersindical, todos os esforços se fazem para uma discussão aberta e alargada a todas as fábricas, a todas as colectividades e a todas as regiões».

Salientando o papel sectário de um documento «que não foi discutido em parte alguma e que ainda por cima aparece

nas fábricas fora de toda a organização sindical e por mão de um aparelho partidário», a direcção dos Têxteis denuncia aqueles que «clamam pela democracia, clamam pela unidade, mas ficam só pelas palavras».

19 SET. 1976

## Acusações a dois administradores do INATEL

# INTERSINDICAL INDICA AO GOVERNO A NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÕES

Do Departamento de Informação e Propaganda da Intersindical Nacional recebemos um extenso comunicado alusivo ao momento actual que o INATEL atravessa e em que é fortemente contestada a actuação de dois administradores por parte do Governo, respectivamente major Lobo César e jornalista Dórdio Guimarães, de quem se pede ao Ministério do Trabalho a sua substituição.

Depois de referida a reestruturação desenvolvida no INATEL que sucedeu à FNAT, e de salientada, entre outras medidas, a reforma de democraticidade interna, o comunicado de Imprensa declara: «Até à substituição dos administradores primitivamente nomeados pelo Ministério do Trabalho, o que ocorreu no expirar do VI Governo Provisório, embora com as dificuldades inerentes à envergadura das medidas a tomar, foram-se melhorando e corrigindo vícios antigos, alterando e substituindo programas e prestação de serviços, tudo num clima de entendimento entre todos os elementos da comissão administrativa e entre estes e os trabalhadores em geral. Porém, com a nomeação do major Lobo César e de Dórdio Guimarães, redactor da «Vida Mundial», após o 25 de Novembro, o clima de entendimento que devia existir entre os membros da comissão administrativa foi-se deteriorando gradualmente até atingir uma situação que não pode deixar de ser denunciada. Está neste caso o facultar de documentos internos para publicação, especulativa na revista em que o Sr. Dórdio Guimarães acumula o seu segundo emprego.

Mas há ainda situações provavelmente mais graves. Com efeito, um documento importante de reorganização interna dos serviços, que se impunha já ter entrado em funcionamento, está inexplicadamente retido, para análise dos administradores por parte do Governo. Por outro lado, tais administradores fomentam a divisão entre os trabalhadores, criam um clima de descontentamento e de permanente intriga, numa palavra, deterioram as relações humanas dentro do INATEL».

Entretanto, o comunicado prossegue e encerra, afirmando: «Num comunicado interno, de 2 de Setembro, devidamente subscrito pelos delegados do Governo, lê-se esta frase: «Quem não estiver connosco quer traír Portugal». Depois de afirmarem a sua intransigência e não aceitação de qualquer tentativa que atente contra a democrática vivência do INATEL. Esta frase, digna de Salazar mas que Caetano já não teria coragem para subscrever, diz bem da democrática vivência que estes senhores querem impôr no organismo.

Evidentemente que a composição actual da comissão administrativa, com os 2 elementos de nomeação governamental cuja ideologia está bem traduzida na frase citada, só poderá, conduzir a situações de impasse a nível de decisões. Evidente

é ainda que o INATEL terá de ser uma estrutura dinâmica, virada exclusivamente para a satisfação das necessidades dos trabalhadores e tal objectivo será sempre impossível de conseguir numa situação em que metade da administração é notoriamente contra os interesses dos mesmos.

A Intersindical Nacional, ao mesmo tempo que torna pública esta posição, chama a atenção do Ministério do Trabalho para a urgente necessidade de substituição dos 2 elementos nomeados pelo seu antecessor, na certeza de que, com indivíduos cujas atitudes são inequivocamente anti-democráticas reaccionárias, se põe em perigo uma instituição que os trabalhadores pretendem ao seu serviço.

Dórdio Guimarães e Lobo César, ao colocarem-se na situação de «cu eles, ou contra a Pátria», são um exemplo acabado de falta de princípios democráticos, da restauração de um clima de coacção e intimidação, numa palavra, do regresso ao antigamente.

## INTER CONDENA *DIÁRIO 20/9/1976* PATRÃO DA «BRAÇO FORTE»

Em comunicado ontem emitido, a Intersindical Nacional denuncia o patrão da «C. Guerreiro e Braço Forte, Lt.», do Montijo, que se recusa a aceitar um acordo estabelecido entre as trabalhadoras daquela fábrica de enchidos, e o subsecretário de Estado do Trabalho.

O acordo obriga o patrão a devolver os bancos há dias retirados às 32 operárias da empresa, a pretexto de que, em pé, elas dariam «mais rendimento».

«Nestas condições», afirma-se no comunicado da Inter, as trabalhadoras decidiram continuar com a sua justa luta», mantendo-se assim em greve contra a prepotência patronal.

A Intersindical critica também o Ministério do Trabalho, que não adoptou «medidas enérgicas para obrigar a entidade patronal a cumprir as ordens do governo».

De facto, o subsecretário de Estado limitou-se a «ordenar um inquérito à Inspeção do Trabalho, não resolvendo assim, de imediato, o conflito existente, que é da exclusiva responsabilidade do patrão da «C. Guerreiro e Braço Forte».

A Inter lança um alerta a «todos os trabalhadores, para que se mantenham unidos e vigilantes, e afim de se oporem com vigor à arrogância do patronato reaccionário».



20 SET. 1976

## O Congresso dos Sindicatos

# Milhares de bancários apoiam «Carta Aberta» e direcção do Sindicato

Contam-se já por alguns milhares os trabalhadores bancários que assinaram o apelo lançado pela Comissão de Redacção da Carta Aberta a propósito da realização do Congresso de todos os sindicatos para a unidade. Com efeito, folhas cobertas de assinaturas têm chegado diariamente à sede do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, provenientes de todas as áreas abrangidas pelo sindicato, o que dá bem uma ideia da adesão que os princípios inscritos na Carta Aberta suscitaram entre os trabalhadores portugueses. Adesão patente ainda nos apelos subscritos por muitos trabalhadores ferroviários, metalúrgicos, da função pública e da constituição civil, que apesar de múltiplas dificuldades levantadas por uma estrutura sindical normalmente adversa e hostil, têm vindo a manifestar o seu apoio aos sindicatos da «Carta Aberta».

Entretanto, o apoio dos trabalhadores bancários à direcção do seu sindicato tem-se traduzido de variadas formas. Moções aprovadas em RGT de diversos bancos ou

de delegados sindicais, telegramas de grupos de trabalhadores, telefonemas de solidariedade, têm sido muitas as formas utilizadas pelos bancários para manifestar o apoio à direcção que elegeram há cerca de um ano. Referimos apenas algumas: RGT do BPA; delegados sindicais do BNU; BESCL de Torres Novas; telegramas de grupos de trabalhadores do BESCL (Rua Castilho); BIP (sede); Solto Mayor (uma delegação de Lisboa); Banco de Portugal (sede); Totta (sede); Banco de Angola (sede); delegados sindicais do BESCL; etc.; etc.

Desaprovando as posições da direcção dos bancários, manifestaram-se a comissão de delegados sindicais do Banco da Agricultura e o plenário de Trabalhadores do Banco Agrícola e Industrial Viseense. Este último, que o nosso colega «O Diário» da manhã noticiava no sábado com grande relevo, reuniu menos de 20 bancários...

Amanhã terá lugar uma reunião geral de trabalhadores do Banco Espírito Santo, que está prevista para as 18.45 horas, na Rua D. Luis.

Congresso de todos os sindicatos entra em fase decisiva

Picínio  
20/3/76

# COMEÇA AMPLA DISCUSSÃO DO PROJECTO DE REGULAMENTO

A preparação do Congresso de Todos os Sindicatos entra hoje numa última e decisiva fase, ao começar a ser distribuído pelas associações sindicais o respectivo projecto de regulamento que, dentro de poucos dias, passará a ser discutido por todos os trabalhadores portugueses, nos seus locais de trabalho e em assembleias gerais de sindicatos. Resultante de propostas elaboradas por diversas organizações sindicais, e depois fundidas num documento único pela Comissão Nacional Organizadora Provisória (CNOP), eleita em recente reunião geral de sindicatos, o projecto constitui, assim, um factor de mobilização dos trabalhadores em torno do Movimento Sindical, para uma ampla e generalizada discussão dos mais importantes problemas que se colocam à organização do Congresso.

O projecto que será dado a conhecer publicamente, numa conferência de Imprensa que a CNOP promove hoje mesmo, nas instalações da Intersindical Nacional, depois de amplamente discutido pelos trabalhadores será objecto de

uma reformulação que reflectirá a opinião de todo o Movimento Sindical português. A aprovação definitiva, tal como foi decidido na reunião geral de sindicatos efectuada no IST, em Lisboa, no passado dia 4, deverá ser feita futuramente em nova reunião geral de sindicatos filiados ou não na central única.

A discussão do projecto é promovida pelas comissões dinamizadoras distritais, também criadas por deliberação tomada na reunião geral do dia 4, e que são compostas por todos os sindicatos de cada um dos distritos do território nacional.

## CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

De acordo com o projecto elaborado pela CNOP, que apesar de constituir um documento único contém propostas alternativas relativamente a alguns problemas, no Congresso deverão estar representados todos os sindicatos portugueses. No caso dos sindicatos paralelos, que

representam, cumulativamente, trabalhadores da mesma categoria profissional num determinado âmbito geográfico, a representação no Congresso será objecto de análise da CNOP, de modo a que não seja reconhecido, na prática, o pluralismo sindical. A CNOP deverá, para o efeito, ter em conta a data e a regularidade das assembleias constituintes daqueles sindicatos. No entanto, os sindicatos interessados serão ouvidos, cabendo à CNOP a decisão final. Numa proposta alternativa está previsto que seja o próprio Congresso a decidir sobre este assunto.

A representação de cada sindicato será proporcional ao número de trabalhadores que representa (sindicalizados). Quanto ao sistema de votação e aos votos que serão atribuídos a cada representação sindical, o projecto incluiu diversas propostas alternativas. Numa delas prevê-se que, por "maioria simples", o Congresso "exprimirá a vontade colectiva" das delegações, cabendo a cada uma "o número de votos

proporcional ao número de trabalhadores sindicalizados, correspondendo a cada mil trabalhadores um voto". Em alternativa, a cada delegado corresponderia um voto.

O projecto contempla, também, a ordem de trabalhos do Congresso, prevendo que os trabalhos durem quatro dias, num total de onze sessões. Os pontos em discussão são: apresentação do relatório da actividade do secretariado da Intersindical Nacional — Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses; análise, discussão e deliberação, pelos sindicatos filiados, sobre alterações a introduzir nos Estatutos da Intersindical Nacional; do programa de acção e da lei Sindical; eleição dos órgãos directivos.

A organização do Congresso será confiada a uma comissão a eleger em reunião geral aberta a todos os sindicatos portugueses, tal como foi decidido na RGS do passado dia 4. Esta comissão como não podia deixar de ser, também em conformidade com as deliberações daquela reunião geral, será constituída em obediência a princípios que

farão representar diversificadamente as várias zonas geográficas do País, os principais sectores de actividade, os sindicatos filiados ou não na "Inter" e as diversas correntes de pensamento com real expressão no movimento sindical.

Os contactos com a Imprensa, no período de preparação e durante a realização do Congresso serão confiados a uma sub-comissão a constituir no seio da Comissão Nacional Organizadora, sendo facultada a presença de representantes dos órgãos de comunicação aos trabalhos, exceptuando dos que sejam "claramente reaccionários".

## PARTICIPAÇÕES

Seis sindicatos eleitos na reunião geral de sindicatos do dia 4 faltaram às reuniões da CNOP, das quais resultou o projecto de regulamento que agora vai ser discutido pelos trabalhadores portugueses. São eles os dos Bancários do Sul e Ilhas, dos Trabalhadores do Comércio de Lisboa, dos Trabalhadores de Escritório de Lisboa e do Porto, dos Metalúrgicos de Aveiro e dos Rodoviários do Porto. Todos são afectos ao grupo de direcções que subscreveu ou aderiu à denominada "Carta

Aberta". Porém, alguns sindicatos daquele grupo participaram activamente, até mesmo elaborando propostas.

## REUNIÃO GERAL EM AVEIRO

AVEIRO — Problemas referentes à organização sindical a nível do distrito e a eleição da comissão dinamizadora distrital para o Congresso de Sindicatos para a Unidade constituirão os temas centrais de uma reunião geral de sindicatos que se realizará amanhã, nesta cidade.

A eleição de comissões dinamizadoras distritais foi prevista nas deliberações da reunião geral de Sindicatos (a nível nacional) do passado dia 4, realizada no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, competindo-lhes promover a discussão do projecto de regulamento do Congresso dos Sindicatos entre todos os trabalhadores e respectivas organizações de classe, de modo a tornar possível que o regulamento do Congresso e as respectivas decisões reflectam a vontade expressa da maioria dos trabalhadores portugueses.

A reunião efectua-se nas instalações da União dos Sindicatos de Aveiro/Intersindical, pelas 21 horas é promovida pelo respectivo secretariado.

No dia 2 de Outubro

# INTERSINDICAL COMEMORA SEXTO ANO DE LUTA

A Intersindical nacional, criada ainda no tempo da resistência ao regime fascista, vai comemorar, no próximo dia 2 de Outubro, a passagem do sexto aniversário.

O programa das comemorações da

efeméride deverá ser anunciado no decorrer de uma conferência de Imprensa que o secretariado da "Inter" promove amanhã, nas respectivas instalações. Durante a reunião com os jornalistas o secretariado da central única sindical dará conta,

também, de importantes deliberações tomadas pelo Conselho Geral da Intersindical, a propósito da nota oficiosa do Ministério do Trabalho em que são anunciadas alterações e inovações governamentais em legislação laboral e sindical.

## Inter pede substituição dos administradores do Inatel nomeados pelo VI Governo

Lute 20/9/76

O Departamento de Informação e Propaganda da Intersindical Nacional emitiu um comunicado onde são apontadas «uma série de medidas tendentes a boicotar o trabalho que o INATEL tem de desenvolver ao serviço dos trabalhadores». Aquelas medidas seriam da autoria de Dóndio Guimarães e do major Lobo César, «administradores nomeados pelo Governo, exactamente nos últimos dias em que o capitão Tomas Rosa foi ministro do Trabalho» e que são responsabilizados pela deterioração gradual do «clima de entendimento que devia existir entre os membros da Comissão Administrativa, da qual fazem parte igualmente dois representantes dos sindicatos».

A Intersindical condena, por outro lado, «a campanha difamatória» que estava a ser desencadeada na revista «Vida Mundial», de que é redactor Dóndio Guimarães, e que teria como objectivo «o descrédito do organismo e, seguramente, o seu regresso ao passado».

Após analisar a evolução

F.N.A.T. — INATEL e algumas das realizações deste último, o comunicado denuncia certos factos recentemente ocorridos e conclui: «Evidentemente que a composição actual da Comissão Administrativa, com os dois elementos de nomeação governamental, só poderá conduzir a situações de impasse a nível de decisões. Evidente é ainda que o INATEL terá de ser uma estrutura dinâmica, virada exclusivamente para a satisfação das necessidades dos trabalhadores e tal objectivo será sempre impossível de conseguir numa situação em que metade da administração é notoriamente contra os interesses dos mesmos. A Intersindical Nacional chama a atenção do ministro do Trabalho para a urgente necessidade de substituição dos dois elementos nomeados pelo seu antecessor, na certeza de que, com indivíduos cujas atitudes são inequivocamente antidemocráticas e reacionárias se põe em perigo uma instituição que os trabalhadores pretendem ao seu serviço».

Função pública

Diário 20/9/76

## DELEGADOS DO NORTE APELAM À UNIDADE

PORTO — Os delegados sindicais dos trabalhadores da função pública da Zona Norte, reunidos em assembleia no passado sábado, aprovaram uma moção em que apelam à «unidade do movimento sindical».

A moção que considera «de importância fundamental a realização, com a maior brevidade, do Congresso dos Sindicatos», sublinha que, «no Congresso, deverão estar presentes, em pé de igualdade, os sindicatos filiados e não filiados na Intersindical».

Ao mesmo tempo, frisa a necessidade de «todas as questões levantadas» em torno do Congresso serem «discutidas amplamente e por todos os trabalhadores dentro das suas estruturas sindicais».

Os delegados lançaram também um apelo «para que todas as direcções sindicais evitem actuações que possam levar à divisão dos

trabalhadores e lutem pela unidade do movimento sindical».

Durante a assembleia, a Comissão Instaladora do sindicato que, desde 4 de Agosto último, representa os trabalhadores da função pública da Zona do Norte, deu algumas informações sobre o processo de criação da estrutura sindical, a concluir com as eleições dos corpos gerentes.

A assembleia aprovou uma proposta de metodologia para a realização dessas eleições, a qual será enviada para discussão a todos os locais de trabalho.

No próximo dia 2 de Outubro, de acordo com a proposta aprovada, realizar-se-ão assembleias gerais em todos os distritos abrangidos pelo sindicato, das quais sairá a decisão final quanto à metodologia apresentada.

## CONGRESSO DEVE DISCUTIR-SE NO ÂMBITO SINDICAL

Diário 20/9/76

O apoio à realização do Congresso de todos os sindicatos para a reestruturação da Central Sindical Única e o repúdio do pluralismo e das tentativas de divisão sindical, são os pontos principais de uma moção, aprovada por centenas de trabalhadores do sector fabricante de material eléctrico, reunidos no Instituto Superior Técnico, no sábado passado.

Aqueles trabalhadores, entre os quais se encontravam electricistas, metalúrgicos, técnicos de desenho e químicos, discutiram problemas relacionados com a organização do Congresso de todos os sindicatos, perante uma mesa na qual se

encontravam elementos das direcções dos Sindicatos dos Escritórios e do Comércio, subscritores da chamada «Carta Aberta».

Na moção aprovada na reunião, apenas com nove abstenções, afirma-se a necessidade da «dinamização da discussão de toda a preparação do Congresso» e apela-se para a participação de todas as direcções sindicais que «ainda recusam o diálogo, no seio do Movimento Sindical».

Os fabricantes de material eléctrico debruçaram-se igualmente sobre «a legislação sindical que o Governo pretende publicar dentro de 15 dias», considerando-a «anticonstitucional», se os trabalhadores não vierem a ser ouvidos, «a pretexto de se encontrarem divididos».

A este propósito foi referida a actuação do patronato que «tomou conhecimento de que o Governo vai alterar uma série de leis, no sentido de limitar ainda mais o direito de contratação, facilitar os despedimentos sem justa causa, generalizar o sistema de contratos a prazo entre outras».

Declarou-se: «se durante os primeiros tempos da negociação do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical, o patronato tudo fez para atrasar, discutindo o contrato, vírgula por vírgula (...), na última semana, a situação tem-se agravado muito mais, chegando a haver dias em que nada se consegue negociar definitivamente. Chega-se mesmo ao ponto de se recusarem a transcrever para o contrato as leis vigentes, na expectativa de outras piores ainda para os trabalhadores.»

## «CUPULISMO» NO SINDICATO DO COMÉRCIO DE LISBOA

Críticas à actuação da direcção do Sindicato do Comércio do Distrito de Lisboa, considerada cupulista, foram a tónica do Plenário de Delegados Sindicais, realizado na sede daquele organismo.

As acusações de cupulismo visaram, sobretudo, o comportamento da direcção no que se refere à preparação do Congresso de Todos os Sindicatos para a Unidade. Como é sabido, a direcção do Sindicato do Comércio pertence ao chamado Grupo da Carta Aberta, movimento que muitos delegados, reunidos pela primeira vez em plenários desde princípios de Agosto, qualificaram de dividionista e merecendo o repúdio de largos sectores da classe.

Várias intervenções recordaram, ainda, reforçando

as censuras de cupulismo dirigidas aos directores, que estes, eleitos há um ano, ainda não convocaram uma única Assembleia Geral, com excepção da que se destinaria à aprovação do Orçamento e que não passou do ponto prévio de informações.

Durante o debate, deram entrada na mesa diversas moções que, perante o assombro de quantos respeitam as regras democráticas, não foram aceites pela mesa com o argumento de que «iam dividir os delegados». Vários delegados denunciaram esse comportamento da mesa, servindo-se de «processos que começam a tornar-se famosos e característicos das direcções sindicais auto-denominadas democráticas», consoante foi dito.

# O PROJECTO DE REGULAMENTO DO CONGRESSO DOS SINDICATOS

## foi já distribuído para discussão de todos os trabalhadores

D. Populera  
20/9/36

A preparação do Congresso dos Sindicatos entrou na última fase, com a distribuição do Projecto de Regulamento, iniciada na sexta-feira. Este projecto resulta de cinco propostas, que foram elaboradas por Sindicatos, nos termos das deliberações da reunião-geral do passado dia 4 (Rodoviários de Setúbal, Têxteis, Ourrives do Sul e Comércio de Santarém). A sua apresentação pública foi feita esta tarde, durante uma conferência de imprensa convocada pela Comissão Nacional Organizadora Provisória e que teve início às 16 horas. Agora, deverá ser objecto de discussão de todos os trabalhadores, quer nos seus locais de trabalho, quer nos Sindicatos.

Este Projecto de Regulamento deverá funcionar como peça fundamental na mobilização dos trabalhadores portugueses, para discussão dos mais importantes assuntos que o Congresso irá debater. Para tanto, após a recolha e sistematização das sugestões dos Sindicatos (é de registar que também os delegados sindicais dos Escritórios de Lisboa apresentaram uma proposta de regulamento, a qual, no entanto, não foi considerada, por dois motivos: primeiro, porque foi entregue fora do prazo previamente estabelecido; em segundo lugar, porque não compareceram à reunião marcada pe-

la C. N. O. P., para apreciação conjunta das diferentes propostas e a elaboração do Projecto), a discussão vai generalizar-se e o Projecto final, reformulado de acordo com a manifestação de vontade dos trabalhadores, deverá reflectir fielmente a opinião de todo o Movimento Sindical português. Esta discussão, que se pretende tão ampla como profunda, vai ser promovida pelas comissões dinamizadoras distritais, que foram também criadas na última Reunião Geral de Sindicatos.

Finalmente, e uma vez terminada esta discussão, realizar-se-á uma R. G. T., em data ainda não fixada, mas que se prevê para 16 de Outubro próximo, sendo então eleita, a título definitivo, a Comissão Organizadora e marcada a data de realização do Congresso.

O projecto elaborado pela C. N. O. P. contém, naturalmente, diversas propostas, em alternativa. Entre os pontos mais salientes, anotamos os seguintes: em princípio, deverão estar representados no Congresso todos os Sindicatos; mas, na hipótese de surgirem Sindicatos paralelos, e para evitar na prática o pluralismo sindical, a análise da situação caberá à Comissão Nacional Organizadora do Congresso (definitiva), a qual deverá ouvir os sindicatos interessados e, caso não consiga obter o consenso, poderá convocar uma R. G. S. para resolver o assunto; no entanto, uma proposta alternativa prevê que a questão seja decidida pelo Congresso. Quanto à representação de cada sindicato, o princípio é o da proporcionalidade em relação ao número de trabalhadores neles inscritos. O sistema de votação mereceu diferentes propostas alternativas, balizadas nas seguintes posições: ou cada delegação votará segundo a proporção dos trabalhadores que representa, correspondendo a cada mil trabalhadores um voto, e o congresso «exprimirá a vontade colectiva» por maioria simples, ou cada delegado terá direito a um voto. O Projecto inclui, também, a questão da Ordem de Trabalhos do Congresso, prevendo-se a duração de quatro dias e um total de 11 sessões, para análise dos seguintes pontos: apresentação do relatório da actividade do Secretariado da Inter-

sindical Nacional; análise, discussão e deliberação, pelos sindicatos filiados, sobre alterações a introduzir nos Estatutos da Intersindical, do Programa de Acção e de Lei Sindical; eleição dos órgãos directivos. A constituição da Comissão Organizadora do Congresso obedecerá aos princípios definidos na R. G. T. e que presidiram à eleição da Comissão Provisória: representar diversificadamente as várias zonas geográficas do País, os principais sectores de actividade, incluindo os Sindicatos filiados ou não na Inter e as diversas correntes de pensamento com real expressão no Movimento Sindical Português.

Recorde-se, entretanto, que seis dos Sindicatos eleitos para a C. N. O. P. não participaram nos trabalhos a que foram chamados. Todos eles pertencem ao grupo da «Carta Aberta» e as razões por eles invocadas são já do domínio público. Outros, porém, igualmente adevontes a este grupo, tiveram acção de relevo nestes trabalhos.

### O SINDICATO DA FUNÇÃO PÚBLICA DO PORTO DEFENDE A PARIDADE NO CONGRESSO

PORTO — Os delegados do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Porto (em organização) reuniram-se no sábado, para debate de vários problemas, um dos quais a situação deficitária do Sindicato. Foi decidido lançar um apelo aos associados para a liquidação das quotas em atraso.

No final dos trabalhos, foi aprovada a seguinte moção: «Os delegados sindicais dos Trabalhadores da Função Pública do Distrito do Porto, consideram de importância fundamental a realização, com a maior brevidade, do congresso dos sindicatos, que contribuirá para a organização e unidade dos trabalhadores portugueses, devendo subordinar-se aos seguintes princípios: no congresso deverão estar presentes, em pé de igualdade, os sindicatos filiados e não filiados na Intersindical; todas as questões levantadas com o congresso deverão ser discutidas amplamente por todos os trabalhadores dentro das suas estruturas sindicais.

Ao mesmo tempo os delegados sindicais apelam para que todas as direcções sindicais evitem todas as actuações que possam levar à divisão dos trabalhadores e lutem pela unidade do movimento sindical».

### OS TRABALHADORES DO CALÇADO E MALHAS DO PORTO APOIAM A REALIZAÇÃO DO CONGRESSO

PORTO — Reunidos em assembleia-geral, os trabalhadores de calçado e malhas do distrito do Porto aprovaram por unanimidade a realização do congresso dos sindicatos portugueses. Os presentes, que enchem literalmente o salão do Inatel, foram informados sobre a evolução das negociações, à escala nacional, do contrato colectivo de trabalho, prevendo-se que estejam concluídas ainda este mês. A ideia da direcção do sindicato, de construir um pavilhão na Rua Formosa, desta cidade, foi também alvo da atenção dos trabalhadores. Após ter sido aprovado o envio de uma mensagem ao Presidente da República, pedindo para que as investigações sobre as actividades terroristas sejam levadas até ao fim, foram prestadas informações sobre casos ocorridos no

sector, designadamente a recusa de certos patrões em pagar os subsídios de férias.

### DELEGADOS SINDICAIS DOS QUÍMICOS DO SUL CONTRA O DIVISIONISMO

Os delegados sindicais das indústrias químicas do Sul aprovaram uma moção em que se manifestam contra o pluralismo sindical e contra o divisionismo, e a favor da reestru-

turação da Central Única de todos os trabalhadores. A moção tem o seguinte teor:

«O movimento sindical foi forjado e criado pelos trabalhadores, na dura luta contra a ditadura fascista, com vista à defesa intransigente dos seus interesses de classe. Assim, para além da sua obra imediata de reacção contra as manobras de recuperação capitalista e latifundista, devem agir como foco de organização da classe operária, por forma a alcançar o grande fim — a sua emancipação to-

tall. É nesta perspectiva, camarada, que se deve realizar o próximo Congresso — Congresso de todos os Sindicatos Portugueses —, onde nos será permitido discutir, em conjunto, os nossos problemas e traçar o rumo de luta mais correcta. Sendo assim, somos pela unidade de todos os trabalhadores, pela reestruturação da Intersindical Nacional — Central única dos trabalhadores portugueses — contra o pluralismo sindical, contra o divisionismo, contra a ingerência na vida sindical.»

D. Populera  
20/9/36

225A

# «Vida Mundial»

Século  
2019/76

## responde à Intersindical

Natalia Correia, directora da «Vida Mundial», enviou-nos o seguinte esclarecimento em resposta a um comunicado da Intersindical:

A unidade intersindicalista pariu outro aleijão. Espernear agónico de um organismo que, por inconstitucional, tem os dias contados como nos fez saber o Primeiro-Ministro, quando ajudiu à revogação da lei da unidade sindical. Mas a Intersindical, que pertence à espécie dos que não sabem morrer, exibiu despondidamente o seu estertor num comunicado em que acusa «Vida Mundial» de desencadear uma campanha difamatória contra o INATEL. E logo primariamente se contradiz, quando afirma que para essa campanha foram facultados à V. M. documentos internos do INATEL. Ora, se a Intersindical admite a veracidade de tais documentos, não há difamação. Há verdade. A verdade é coisa que a Intersindical não suporta.

Mas desmentemos a insidia. Quando V. M. abre o «dossier» INATEL, assume o dever democrático e patriótico de desmascarar a cabeça que no INATEL foi montada contra os trabalhadores pelos delegados da Intersindical que, para esse efeito, utilizaram processos idênticos aos do depósito fascista. A esta determinação indeclinável de servir a verdade e a causa dos trabalhadores chamam os capatazes da Intersindical uma campanha difamatória. Contudo, a Intersindical o diz, os documentos são autênticos. Impossível demonstrar a sua inveracidade. Neste desespero, o boçalismo intersindicalista forja um argumento com o qual pretende lançar fumo sobre as brasas que queimam a Intersindical, para empolar a forma como elas foram facultadas à V. M. E vai de estabelecer uma conexão entre esta publicação e o INATEL, na pessoa de Dórdio Guimarães, delegado do M. T. naquela organização. Vê-se que a rede outrora poderosa de informadores da Intersindical está em franca decadência. Mergulhando avidamente o olho na ficha técnica da V. M., captou a pupila estrabica da Intersindical o nome de Dórdio Guimarães, que aí continua a figurar. E, ignorando que este género de inércias pode ocorrer por incuria técnica, não tratou de comprovar ao nível dos factos o motivo do seu regozijo. Pois, aí vai a desluzão. No momento em que o nosso ex-redactor Dórdio Guimarães foi nomeado para administrador do INATEL, automaticamente deixou de estar ligado ao quadro redactorial da V. M., onde meramente colabora com peças de crítica literária e cinematográfica. Menté, pois, a Intersindical quando assevera que Dórdio Guimarães é redactor da V. M. Se quer provas, vá lá espilhar. Será recebida condignamente.

Mas, além do mais, que falta de imaginação, que mediatez de raciocínio esta precipitada localização do canal que possibilitou à VM estampar nas suas páginas verdades devidas ao público. Porquê Dórdio Guimarães, quando a Intersindical, que sabe ter suscitado um grande somatório

de indignações no INATEL, também não desconhece serem numerosos aqueles que têm acesso aos documentos que a despena da praça onde se prestam contas? Com que então a Intersindical contava com o secretismo da pouca vergonha? Não lhe ocorreu que, neste caso, seria a pouca vergonha do secretismo? Irremediavelmente se verifica que a Intersindical está gaga. Não há maneira do seu caquético esqueleto nécpista se adaptar a esta coisa nova que se chama democracia, na qual não há sombras para as falcatruas se acobitarem. Tudo à vista, ó craturas intersindicalistas do Jeová das amplas liberdades! E nada de tapar as verdades com a vossa prece hipócrita aos trabalhadores. Os autênticos conhecem-vos. E precisamente o que acontece com os trabalhadores do INATEL que, em 2º de do «dossier» que abrimos, nos enviaram um documento que ajuda a desmascarar as irregularidades abundantemente praticadas naquele organismo, com a assinatura dos delegados da Intersindical. Ou será que, no último número da VM, vos passos desaparecido este testemunho de desapareço de trabalhadores do INATEL pela vossa falsa dedicação à causa da classe laboriosa?

Ao fim e ao cabo, o que se conclui é que a Intersindical apanhou, com a abertura do «dossier» INATEL, um murro no estômago que encheu à custa de uma organização onde sugou o dinheiro dos trabalhadores. Pois bem, prometemos que a Intersindical continuará com dores de estômago. O «dossier» INATEL está bem longe de ser encerrado.

Aguardando novas calúnias, a directora da «Vida Mundial».

Sindicato Nacional dos Cobradores e Profissões Similares (ÂMBITO NACIONAL)

## Congresso de todos os sindicatos portugueses

Dmot  
2019/76

### COMUNICADO

A TODOS OS TRABALHADORES DO DISTRITO DE LISBOA, INDEPENDENTEMENTE DA SUA PROFISSÃO

Em sequência das decisões da Reunião Geral de Sindicatos, do dia 4 de Setembro, realizado no Instituto Superior Técnico, que contou com a presença de 170 direcções sindicais, reunião essa onde foi eleita a Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso — C.N.O.P., veio a realizar-se uma reunião com os sindicatos do Distrito de Lisboa, filiados e não filiados na Intersindical Nacional. Nesta reunião, elegeu-se uma Comissão Dinamizadora Distrital — CDD, com abertura a todos os Sindicatos existentes no Distrito, que queiram participar na dinamização do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses, pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Central Única dos Trabalhadores Portugueses.

Tem a Comissão Dinamizadora Distrital — CDD, como principal objectivo a discussão democrática de todos os problemas inerentes à realização do Congresso. A sua missão é só esta, e não para decidir seja o que for, em vez dos Trabalhadores e dos seus Sindicatos, mas para ajudar a criar as condições para que todos os Trabalhadores e todos os Sindicatos possam participar na preparação do Congresso, assegurando o reforço da democracia sindical, já que só aos trabalhadores cabe a discussão e decisão do futuro do movimento sindical português.

Assim, a Comissão Dinamizadora Distrital — CDD, que já está a realizar reuniões em várias empresas e zonas, apela a todos os trabalhadores, seja qual for a sua profissão, a marcarem reuniões (nas fábricas, nos escritórios, no campo, etc.) para debate de todos os problemas respeitantes à participação nesses debates, pois só assim a discussão será aberta, ampla e democrática e não como tem sido prática de algumas direcções sindicais, que têm usado os mais diversos artificios que só provocam atritos e desentendimentos entre os trabalhadores.

- Pelo Congresso de todos os Sindicatos Portugueses.
- Pela Unidade dos Trabalhadores.

Comissão Dinamizadora Distrital de Lisboa

Lisboa, 16 de Setembro de 1976.

A Comissão Dinamizadora Distrital funciona na U. S. L., na Rua Victor Gordon, n.º 1 - 2.º — Lisboa.

LUÍS FILIPE SALGUEIRO RIBEIRO

## Começa a ser distribuído amanhã O PROJECTO DE REGULAMENTO DO PRÓXIMO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

16 Jan 1976

Começa a ser distribuído amanhã, a todas as associações sindicais, o projecto e regulamento, já elaborado, do próximo Congresso de todos os Sindicatos, a fim de ser discutido pelos trabalhadores nas empresas e nas suas organizações.

O projecto é o resultado dos trabalhos da Comissão Nacional Organizativa Provisória do Congresso e insere os projectos e propostas de alteração enviadas por sindicatos e delegados sindicais.

Os resultados da discussão a que o projecto será agora submetido no seio do movimento sindical e dos trabalhadores serão, depois, comunicados a C.N.O.P., através dos sindicatos. Posteriormente, o projecto será debatido e sujeito à aprovação em reunião geral de sindicatos.

No projecto de regulamento a ordem de trabalhos é escalonada durante quatro dias e onze sessões. Os objectivos do Congresso serão: apresentação do

relatório da actividade do Secretariado da Intersindical Nacional — Confederação-Geral dos Sindicatos Portugueses; análise, discussão e deliberação, pelos sindicatos filiados, sobre alterações a introduzir nos estatutos da Intersindical Nacional; do programa de acção e da Lei Sindical; eleição dos órgãos directivos.

O referido projecto, agora apresentado, foi elaborado pela C.N.O.P., constituída por organizações eleitas na última reunião geral de sindicatos, realizada em Lisboa, no passado dia 4, com a presença de 170 sindicatos.

No entanto, estiveram ausentes dos trabalhos da Comissão Organizativa Provisória seis sindicatos eleitos, afectos à corrente sindical da «Carta Aberta»: Bancários do Sul e Ilhas, Trabalhadores do Comércio de Lisboa, Trabalhadores de Escritório de Lisboa e Porto, Metalúrgicos de Aveiro e Rodoviários do Porto.

Dmet 20/9/76



Os representantes da D.G.B., uma das três centrais sindicais da Alemanha Federal, informaram os jornalistas de que irão ter contactos com dirigentes sindicais portugueses e dos principais partidos políticos (Foto «D.N.» — Eduardo Baião)

## Central Sindical alemã estuda sindicalismo português

• *Difícil um contacto com a Inter*

«O movimento sindicalista em Portugal, desde 1974, tem despertado grande interesse nos mais diferentes sectores do trabalho, na Alemanha Ocidental, nomeadamente entre a juventude», foi salientado no decorrer de um encontro de jovens representantes da D. G. B. (Central Sindical Alemã), que se encontram no nosso país com jornalistas portugueses.

O objectivo desta visita dos sindicalistas alemães a Portugal, que teve o apoio do secretário para os Assuntos de Trabalho da Embaixada do seu país em Lisboa, sr. Bungel, e do Centro de Estudos Sindicais portugueses é o de contactar com os diferentes sectores sindicais e políticos do nosso país, para um mais perfeito conhecimento da nossa realidade sindical, e de estreitar as relações entre os movimentos operários de Portugal e da Alemanha Ocidental.

Chegados a Lisboa na passada sexta-feira, os sindicalistas alemães, em número de 30, entre os quais o sr. Peter Seideneck, secretário para as relações internacionais da Organização de Juventude da D. G. B., e a secretária para as relações com a imprensa, tiveram um encontro com jornalistas portugueses num hotel da capital, com os quais trocaram algumas impressões acerca dos objectivos da sua visita.

O contacto com os portugueses tem-se processado através de um seminário, no decorrer do qual os alemães têm procurado obter informações acerca das grandes linhas do sindicalismo português. Até este momento, deram a sua colaboração ao referido seminário o secretário de Estado do Trabalho, António Maldonado Canelha, e Edmundo Pedro e Jaime Gama do Partido Socialista.

Os alemães, que permanecerão em Portugal até ao dia 26, têm programados contactos com diversos dirigentes sindicais, bem como com representantes dos principais partidos políticos.

No que se refere à Intersindical, foi dito que, até este momento, aquela organização não tem sido muito permeável a qualquer encontro com os sindicalistas alemães, o mesmo acontecendo com o P. C., situação que os representantes da D. G. B. esperam superar, dado o seu desejo de dialogar com todos os sectores representativos da vida portuguesa.

É ainda objectivo dos alemães, a realização, no próximo ano, de um seminário mais especializado. Tencionam igualmente dirigir convites a jovens sindicalistas portugueses para visitarem o seu país, procurando, deste modo, estabelecer as bases de um turismo social.

Segundo foi dito, não existe na Alemanha Ocidental uma central sindical única, mas sim três centrais sindicais: a D. G. B., formada por 16 sindicatos que abrangem cerca de sete milhões e quinhentos mil trabalhadores; uma central que engloba os funcionários públicos e outra que abrange o sector de serviços. A tendência destas três organizações de trabalho é social-democrata.

## Processos da Carta Aberta originam protestos

Dlx  
20/9/76

A circulação, em diversas empresas, de um abaixo assinado de apoio às posições do grupo de direcções sindicais da «Carta Aberta» continua a suscitar manifestações de protesto, por parte dos trabalhadores mais atentos.

Na Sorefame, as folhas destinadas a subscrever o apelo da «Carta Aberta» surgiram confundidas com outro abaixo assinado, lançado por alguns trabalhadores e dirigido à administração e aos órgãos representativos do pessoal, respeitante às condições de

funcionamento do «self-service» da empresa.

A manobra, evidente, de levar os trabalhadores a «comer gato por lebre», suscitou à C. T. para o Controlo de Produção e Gestão da Sorefame um alerta «para o perigo da recolha de assinaturas» em folhas em branco, que podem servir outros objectivos absolutamente contrários aos interesses dos trabalhadores».

**DESPACHANTES: «BAIXA POLÍTICA»**

Por seu turno, os delegados sindicais do Sindicato

dos Ajudantes e Praticantes de Despachante Oficial, Despachantes Privativos e Agentes Aduaneiros classificam como «baixa política de sindicalismo» a circulação de listas de assinatura contra a Intersindical em papel timbrado de sindicatos alheios à classe.

«Os problemas sindicais devem ser discutidos democraticamente no seio dos trabalhadores», lembra a comissão de delegados, que lamenta e censura publicamente «os intervenientes nesta manobra claramente divisionista».

# DELEGADOS SINDICAIS DENUNCIAM «BAIXA MANOBRA DIVISIONISTA»

Leiria  
20/9/76

A comissão dos delegados sindicais do Sindicato dos Ajudantes e Praticantes de Despachante Oficial, Despachantes Privativos e Agentes Aduaneiros acaba de denunciar aquilo que considera como "uma manifestação de baixa política de sindicalismo", ao ter conhecimento da "circulação nos locais de trabalho de listas que se destinam à recolha de assinaturas para contestar a Intersindical".

Segundo um comunicado da comissão dos delegados sindicais, "as referidas listas de

assinaturas apresentam-se em papel timbrado de sindicatos a que somos alheios (Bancários e outros)", o que "é circunstância agravante da irresponsabilidade" dos indivíduos que se prestam à recolha de assinaturas.

"Os problemas sindicais devem ser discutidos democraticamente no seio dos trabalhadores", considera, a propósito, a comissão, para acrescentar que não lhe parece "correcta" esta forma de actuação, "tanto mais que a nossa classe decidiu em Assembleia Geral a adesão

à Intersindical, após ampla discussão do significado dessa atitude".

A comissão dos delegados sindicais afirma não poder deixar de "lamentar e censurar publicamente todos os intervenientes nesta manobra claramente divisionista, numa altura em que os trabalhadores mais necessitam de se unir em torno de objectivos comuns, que visam obstar à recuperação capitalista e resistir às investidas do patronato contra os seus direitos, patronato que é um dos principais

beneficiários deste tipo de actuação".

Para a comissão dos delegados sindicais, lê-se mais adiante no comunicado, "o mais grave aspecto de toda esta manobra é o desrespeito que ela representa pelos camaradas de profissão que, utilizando a democracia sindical, se pronunciaram pela adesão à Central Única, e, muito especialmente, o desrespeito pela assembleia geral, órgão máximo de decisão do nosso sindicato".

A terminar, a comissão dos delegados sindicais afirma: "Quanto às direcções sindicais, ou outras entidades, promotoras desta manifestação de baixa política de sindicalismo, endossamos aos associados dos sindicatos envolvidos (trabalhadores que, como todos os que autenticamente o são, nos merecem todo o respeito), a responsabilidade do julgamento dos factos".

## SÓCIOS DOS ESCRITÓRIOS DE LEIRIA CONTRA DIRECÇÃO SINDICAL

Um grupo de associados do Sindicato do Comércio e Escritórios de Leiria divulgou pela classe uma análise pormenorizada à actuação da actual direcção daquele organismo, que considera «antidemocrática».

O documento orienta-se segundo duas linhas fundamentais: perguntas à direcção relacionadas com uma circular por ela recentemente emitida e denúncia de não cumprimento das decisões tomadas pela classe em assembleia geral.

A citada circular da direcção sindical acentua que «precisamos de nos unir (...) sobretudo participando em todas as actividades do nosso sindicato». O grupo de trabalhadores perguntá «que actividades tem a direcção desenvolvido para unir a classe?». A circular lamenta-se que «os trabalhadores (continuam) a ser vítimas do aumento de custo de vida que avança assustadoramente sem que nós possamos travar porque não está nas nossas mãos mas nas mãos do capital». Os

signatários do documento dirigido à classe exclamam: «que estranha concepção de luta e de política sindical a de quem parece esperar que os exploradores se comovam e se decidam a melhorar o nível de vida dos trabalhadores!». A propósito das lamentações de «falta de mais colaboração» oriundas da direcção os autores da análise lembram que o elenco directo «se recusa a motivar e a mobilizar a classe porque ele próprio não está interessado na discussão» e que «a actual direcção do nosso sindicato não tem cumprido o seu programa de candidatura, não tem respeitado nem dado execução às decisões maioritárias e democraticamente saídas das assembleias gerais».

Quanto às decisões da classe «não respeitadas pela direcção» o documento do grupo de associados do Sindicato do Comércio e Escritórios de Leiria assinala a não concretização de um inquérito ao presidente da assembleia geral «que andava a trair os trabalhadores», o não pagamento das contribuições em atraso à Intersindical, a falta

de interesse pelo inquérito à anterior direcção, a não distribuição pela classe de comunicados e do boletim da Federação dos Caixeiros, a ausência de justificação do motivo pelo qual o elenco directivo está reduzido a cerca de metade, o pagamento, via sindicato, dos ordenados do vice-presidente da direcção quando deve ser «a entidade patronal a suportar tal encargo» e a não convocação de reuniões para discussão de documentos enviados pela Intersindical, nomeadamente a lei da contratação, a lei do controlo operário e o decreto sobre os despedimentos.

Os signatários do documento estranham que a direcção ainda não tenha convocado uma assembleia para discussão do Congresso de Todos os Sindicatos nem tenha incluído esse ponto na ordem de trabalhos da próxima reunião. Denunciam também «certas práticas da direcção que também no aspecto da contratação colectiva têm conduzido os trabalhadores ao desinteresse e também à divisão».

# «Trezentos trabalhadores decidem em nome de 280.000»

JMoro  
20/9/76

Da direcção do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul recebemos, com pedido de publicação, a seguinte carta, «desmentindo» um título e notícia publicados na nossa edição de 13 de Setembro passado. Gostosamente a transcrevemos.

Ex.mo Senhor,

Se na verdade a «objectividade» da notícia e a imparcialidade da Imprensa em geral é um mito idealista, quando não demagogia oportunista e politiqueria, a mentira, quando claramente falsidade, quando descaradamente nada mais do que mentira, não merece polémica nem sequer congneminação teórica nenhuma. Quanto muito exige um desmentido.

É por isso que pedimos a V. Excelência que ao abrigo da lei de Imprensa se digne corrigir o que de falso foi escrito do periódico que V. tão dignamente dirige, acerca da Assembleia-Geral dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário deste Sindicato,

no dia 11 de Setembro deste ano.

Referimo-nos à vossa edição de 13 de Setembro e ao artigo encabeçado com o título: «Têxteis — trezentos trabalhadores decidem em nome de 280.000».

É possível que o artigo tenha sido redigido por quem do assunto nada sabe nem esteja interessado em perguntar. É possível que disso não tenha qualquer responsabilidade V., mas, de qualquer forma, justifica-se o desmentido:

1 — Tem este Sindicato por hábito, antigo, realizar reuniões de trabalhadores, regionais, convocados pelos respectivos Secretariados. Pretende-se, assim que a participação na vida sindical se faça efectivamente pelo maior número possível de sócios.

A Assembleia de sábado passado, em Lisboa, foi *mais* uma Assembleia onde se debateram assuntos de interesse para a classe, assuntos esses, como o Congresso e a Intersindical, que es-

tão e continuarão a estar presentes em discussões que se alargam a todas as zonas abrangidas pelo nosso Sindicato, e em Assembleias de fábrica, mau-grado as dificuldades que o Governo, o patronato e a Imprensa respectivamente, querem criar à efectivação dessas mesmas reuniões de trabalhadores nos próprios locais de trabalho.

Classificamos assim, com base nas considerações acima apresentadas, como de má-fé e visando objectivos anti-operários a frase: «trezentos trabalhadores decidem em nome de 280.000».

O que se pretende no fundo, é denegrir as organizações dos trabalhadores em geral, as suas iniciativas, críticas e lutas contra o patronato e seus laçaios. Desta vez foi o Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul que serviu de pretexto.

2 — Se no ponto acima fazemos considerandos acerca das intenções que julgamos estarem por detrás da cínica construção e de todo o artigo em causa, agora pretendemos mais: — simplesmente desmascarar as mentiras nele expressas.

Nunca este Sindicato, nem nenhuma Assembleia de sócios por ele convocada se afirmou representativa dos 280.000 trabalhadores do sector.

O senhor jornalista, que gosta de sensações fortes, encontrou na proporção numérica de 300 para 280.000, (1/933,333!) um bom motivo para brilhar e sensacional-jornalístico, vantajoso sem dúvida para os interesses de quem lhe paga a ele e a Vossa Excelência, senhor director.

Acontece, no entanto, e gostaríamos de ver este desmentido publicado (seria pluralisticamente possível a publicação integral da nossa carta?), acontece, dizíamos, que os 280.000 trabalhadores do sector se distribuem

por vinte sindicatos!

A Assembleia referida pelo vosso jornal em título de três colunas não pretendeu, evidentemente, senão ser representativa da parte que cabe a este Sindicato das tais trinta dezenas de proletários, que brotaram da esferográfica tendenciosa do vosso redactor.

Mas o jornalista que V. tão distintamente dirige não sabia. Ou não quis saber.

Numa sociedade de classes é evidente que muitos interesses se chocam, contraditórios, e que a Imprensa não está fora das lutas que se travam.

Mesmo assim, entendemos que a mentira ao serviço do sensacionalismo jornalístico, em especial quando declaradamente contra os trabalhadores, justifica pelo menos o seu desmentido.

Lisboa, 14/9/76.

*N.R. — Com a publicação deste texto concluirá facilmente a Direcção daquele Sindicato que «foi pluralisticamente possível a publicação integral da carta».*

*Quanto a nós, congratulamo-nos que a Direcção do Sindicato dos Têxteis considere, tal como nós o fizemos, não representativa do conjunto dos trabalhadores têxteis a Assembleia Geral em causa... Registamos ainda que o referido Sindicato não tem 280 000 associados. Continuamos a constatar que uma assembleia sindical de trezentas pessoas seja representativa da massa associada nesse sindicato.*

*Finalmente, se «numa sociedade de classes é evidente que muitos interesses se chocam, contraditórios, e que a Imprensa não está fora das lutas que se travam», não menos evidente é que as direcções sindicais não escapam também a tais contradições. É só dar tempo ao tempo: são os factos que fazem as evidências.*

## ALEMÃES ESTUDAM SINDICALISMO PORTUGUÊS

copied  
20/9/76

**E**NCONTRA-SE em Lisboa uma delegação representativa da central sindical alemã D.G.B. que, com o apoio da Embaixada do seu país, promove actualmente um seminário sobre sindicalismo em Portugal.

A delegação, composta por cerca de 30 participantes, deslocou-se ao nosso País «a expensas próprias, movida pelo interesse em conhecer e tomar contacto directo com o actual processo político, nomeadamente no que respeita às questões da vida sindical portuguesa», afirmou Peter Seidemeck, secretário para as relações internacionais da Organização da Juventude da D.G.B. que, acompanhado da secretária para a Imprensa e de um jurista daquela organização sindical, teve um encontro com jornalistas portugueses na sala de reuniões do Hotel Roma. Estiveram presentes o dr. Madureira, do Centro de Estudos Sindicais e o secretário para os Assuntos de Trabalho da Embaixada da República Federal Alemã.

A reunião ocorreu na sequência da primeira sessão de trabalhos realizada no dia anterior com várias entidades ligadas ao Partido Socialista, nomeadamente o dr. Maldonado, Jaime Gama, Gama Vieira e Edmundo Pedro, com a intenção expressa de «recolher o maior número possível de dados e opiniões respeitantes às diversas tendências sindicalistas portuguesas». Assim, foi dito que estão previstos contactos com representantes das linhas afectas à U.D.P., P.P.D., G.D.U.P. e P.C.P. «Não podendo ignorar a posição do P.C. neste campo», afirmou por várias vezes Seidemeck, «esperamos ainda

que a Intersindical, por nos convidada a tomar parte nestas sessões de trabalho venha a responder afirmativamente ao nosso convite de participação aqui nos seminários em curso». Aludindo à resistência da Intersindical em estar presente nas instalações do Hotel Roma e à contra-proposta apresentada de um encontro nas instalações da Inter, aquele membro da D.G.B. alemã, afirmaria não existirem relações bilaterais entre aquela Confederação e a Intersindical, «acontecendo apenas que é seu princípio constante fazer os contactos através das organizações sindicais internacionais constituídas. E, concluiu: «Como a Inter portuguesa não faz parte da C.I.S.L. — Confederação Internacional dos Sindicatos Livres —, será a Inter uma convidada como qualquer outra.»

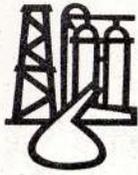
Por outro lado, afirmou-se que esta viagem ao nosso País se encontra já planeada desde o ano passado, tendo sido entrada pelos acontecimentos de Novembro último e «constitui a primeira de uma série que visa o estabelecimento e reforço da colaboração entre sindicalistas portugueses e alemães».

Referindo-se ao panorama sindical alemão, de que a D.G.B. constitui a maior central, aquele sindicalista salientou o aspecto do pluralismo político (excluídas as organizações de tendência fascista), com relevância para a tendência social democrata, cuja força se faz sentir na própria D.G.B., a qual alberga no seu seio 16 sindicatos, ou seja o equivalente a sete milhões e meio de trabalhadores alemães. E especificou: «Trata-se de uma organização sindical por ramo de actividade, incluindo o sector metalúrgico, químico, serviços públicos de transporte e tráfego, entre os principais.» Além seria ainda salientado que na Alemanha existem mais duas centrais sindicais: a dos funcionários públicos e a federação dos sindicatos de quadros, não ultrapassando, no conjunto, um milhão de sócios. «Não existe, todavia, na Alemanha, qualquer lei que obrigue à existência de uma única central sindical», diria a este respeito o sindicalista alemão.

A deslocação ao nosso país dos representantes da D.G.B. foi justificado «pelo grande interesse e atenção que o desenvolvimento político português tem merecido sobretudo aos sectores jovens» prevendo-se que, «para 1977, estejam criadas as condições de arranque a uma política de fomento turístico social entre jovens sindicalistas dos dois países». Foi ainda avançado o projecto de um seminário mais especializado sobre questões sindicais, incluindo o convite de deslocação à Alemanha de uma delegação de jovens sindicalistas portugueses. (Por jovens entende-se pessoas com idade não superior a 30 anos.)

PUB

**SINDICATO DOS TRABALHADORES  
DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS  
DO CENTRO, SUL  
E ILHAS ADJACENTES  
E MOAGENS DO CENTRO E SUL**



**COMUNICADO**

**CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS**

**A todos os trabalhadores do Distrito de Lisboa, independentemente da sua profissão**

Em sequência das decisões da Reunião Geral de Sindicatos, do dia 4 de Setembro, realizado no Instituto Superior Técnico, que contou com a presença de 170 direcções sindicais, reunião essa onde foi eleita a Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso, CNOP, veio a realizar-se uma reunião com os Sindicatos do Distrito de Lisboa, filiados e não na Intersindical Nacional.

Nesta reunião, elegeu-se uma Comissão Dinamizadora Distrital — CDD, com abertura a todos os sindicatos existentes no Distrito, que queiram participar na dinamização do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses, pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Central Única dos Trabalhadores Portugueses.

Tem a Comissão Dinamizadora Distrital — CDD, como principal objectivo a discussão democrática de todos os problemas inerentes à realização do Congresso. A sua missão e so esta, e não para decidir seja o que tor, em vez dos trabalhadores e dos seus sindicatos, mas para ajudar a criar as condições para que TODOS os trabalhadores e possam participar na preparação do Congresso, assegurando o retorgo da democracia sindical, já que só aos trabalhadores cabe a discussão e decisão do futuro do Movimento Sindical Português.

Assim, a Comissão Dinamizadora Distrital — CDD — que já está a realizar reuniões em várias empresas e zonas, apela a todos os trabalhadores, seja qual for a sua profissão, a marcarem reuniões (nas fábricas, nos escritórios, no campo, etc.) para debate de todos os problemas respeitantes à realização do Congresso, e a pressionarem as suas direcções sindicais a participarem nesses debates, pois só assim a discussão será aberta, ampla e democrática e não como tem sido prática de algumas direcções sindicais, que têm utilizado os mais diversos artificios que só provocam atritos e desentendimentos entre os trabalhadores.

**PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES!  
PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES!**

NOTA: A Comissão Dinamizadora Distrital funciona na União dos Sindicatos de Lisboa, Rua Vitor Cordon 1-2.º

Lisboa, 16 de Setembro de 1976

A Comissão Dinamizadora Distrital de Lisboa

*DLx 20/9/76*

**«É doloroso vivermos na incerteza»**

**TRABALHADORES DA TÊXTIL  
FLOR DO CAMPO  
EXIGEM ACELERAÇÃO DO PROCESSO  
DO COMENDADOR ABÍLIO DE OLIVEIRA**

*18 Jun 19/9/76*

A nossa Redacção chegou, num dos últimos dias, um abaixo assinado de trabalhadores da Sociedade Têxtil a Flor do Campo, SARL, apolando um texto de que nos foi oferecida cópia, e que passamos a transcrever:

«Saldo de um longo e aparente mutismo, consentido somente para em nada prejudicar o desenvolvimento das averiguações necessárias ao esclarecimento total de tão grave acontecimento, vem os abaixo assinados em representação da maioria dos trabalhadores (cerca de 900 dos 1000) desta empresa, apresentar ao povo português, através dos meios de comunicação social, o seu inconformismo, repulsa, indignação e pertinente incompreensão perante os sucessivos adiamentos na inquirição do Presidente do Conselho de Administração desta empresa Ex.mo Sr. Comendador Abílio Ferreira de Oliveira. É doloroso continuarmos a viver numa incerteza quanto ao desfecho do seu processo, quando a sua falta diária nesta empresa poderá, a curto prazo provocar graves problemas tendo em consideração toda a sua longa e comprovada experiência administrativa quer económico-financeira quer técnica. Se o restante Conselho de Administração, em íntima colaboração com todos nós tem enviado os melhores esforços para em parte substituir o Ex.mo Sr. Comendador, perguntamos e nos governam, uma resposta imediata explicando qual a raqueremos das autoridades que são, e se esta é constitucional,

para serem permitidos os referidos adiamentos, somente porque um Magistrado vai para férias ou adoce. Francamente não acreditamos que tal seja justificável por que terá, necessariamente, de existir a tão alto nível uma cadeia vasta de Magistrados substitutos, caso contrário, teríamos, talvez inédito na história, a paragem da máquina jurídica, o que seria grave e doloroso para aqueles que, inocentes ou culpados, aguardam julgamento para definitiva decisão quanto à estruturação do seu futuro.

Nós, pessoal trabalhador desta empresa, não podemos calar por mais tempo a nossa repulsa por tal usurpação dos Direitos do Homem e, principalmente, tratando-se do nosso Presidente do Conselho de Administração cuja presença queremos se torne uma realidade a todo o momento. Assim, vamos enviar aos Ex.mos Srs. Presidente da República, Primeiro Ministro, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Conselho da Revolução, telegramas expressando todo o nosso desagrado conforme exposto acima, bem como solicitar o esclarecimento definitivo da posição do nosso Presidente do Conselho de Administração perante o processo em curso, com a máxima urgência possível.

● **«CARTA ABERTA»**

**ESTA A CARGO  
DE FORÇAS PARTIDÁRIAS  
— ACUSA O SINDICATO TÊXTIL**

«Está a cargo de forças partidárias que utilizam os seus militantes no anterior das empresas, a circulação de um abaixo assinado de apoio aos pontos de vista do grupo de direcções sindicais da «Carta Aberta», visando provocar o mais possível situações de ruptura, que abrem caminho para, com maior facilidade, as medidas de agravamento da exploração anunciadas pelo Governo consigam ir avante» — afirma a direcção do Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul.

O comunicado refere ainda o reforço do autoritarismo dos patrões, o aumento das horas diárias de trabalho e os despedimentos, e acrescenta:

«Só enfraquecidos pela divisação poderão os trabalhadores aceitar nas suas fábricas, sem luta, as medidas deste tipo apontadas pelo primeiro-ministro na R.T.P. Sabem disso os patrões, sabe disso o Governo e sabem disso todos os que, conscientemente, hoje, no movimento sindical, promovem a divisão e o desacordo, negando-se à discussão».

A direcção dos Têxteis considera que os promotores daquele abaixo assinado são elementos antidemocráticos, condenando o método utilizado, que é exterior à organização sindical e revela a intervenção dum aparelho partidário.

PUB

**SINDICATO**

**DOS PROFISSIONAIS DE ESCRITÓRIO  
DO DISTRITO DE SETUBAL**

**CONVOCATÓRIA**

Convocamos os nossos associados a tomar parte num colóquio a realizar no próximo dia 22 às 21 horas no Edifício do Inatel em Setúbal, com a participação das Direcções dos seguintes Sindicatos:

- Jornalistas
- Telefonistas
- Redoviários
- Metalúrgicos
- Banqueiros Sul e Ilhas e Escritórios de Setúbal

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto 1 — O papel dos sindicatos na actual situação política

Ponto 2 — A questão do Congresso, o significado, importância e características que se deve revestir para o actual momento sindical.

Relacionar este Congresso dos Sindicatos com o anterior Congresso.

Os Sindicatos devem pronunciar-se sobre o estado actual da preparação do Congresso.

Ponto 3 — Contratação colectiva.

Ponto 4 — Outros temas que os sindicatos se queiram debruçar.

Participa! Não faltes!

Setúbal, 16 de Setembro de 1976  
A DIRECÇÃO

*DLx 20/9/76*

publicidade

**Sindicato dos Trabalhadores do Comércio  
e Serviços do Distrito de Santarém**

**MOÇÃO**

Delegados Sindicais do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém, reunidos em Plenário, no dia 16 de Setembro, em Tomar, com a presença de Delegados de outros Sindicatos, para discussão e preparação do Congresso, analisando o actual momento Sindical e recordando que o seu Sindicato foi membro activo da Inter no período clandestino antes do 25 de Abril, decidem:

1. — Denunciar todos os movimentos que, agindo em nome da unidade, não fazem mais que criar a divisão no seio dos trabalhadores.
2. — Apelar a todos os camaradas de trabalho, para a mobilização e participação no próximo Congresso dos Sindicatos.
3. — Exigir que o Congresso dos Sindicatos seja um Congresso Democrático em unidade com todos os trabalhadores e aberto a trabalhadores eleitos para o efeito.
4. — Reafirmar a intenção de contribuírem com a sua militância Sindical para o reforço unitário do Movimento Sindical Português, pelo que defendem a existência da Central Única dos Trabalhadores.
5. — Protestar contra as medidas governamentais que visam a recuperação do sistema capitalista, ignorando a construção do poder democrático dos trabalhadores consignada na Constituição Política

Santarém, 17 de Setembro de 1976

# Delegados do Ministério do Trabalho junto da CA do INATEL respondem ao Secretariado da Inter

Seiulo  
21/9/76

Ao abrigo da lei de imprensa, dois delegados do Ministério do Trabalho na comissão administrativa do INATEL, Dórdio Guimarães e major Lobo César, enviaram-nos duas cartas que pretendem ser a resposta a um comunicado da Intersindical.

«O INATEL é de Portugal não é da Intersindical», encima a resposta de Dórdio Guimarães que passamos a transcrever na íntegra: «Um largo sorriso se me abriu na cara enquanto lia o Comunicado à Imprensa difundido pela Intersindical Nacional fazendo o ponto da situação do actual INATEL. E sabem porquê? Porque não tenho medo. E nem o ridículo demagógico me atemoriza um momento sequer. Posso um sentido de humor apetrechado para muitas e variadas emergências. E considero aquele Comunicado pífio, cobarde e pretensiosamente mafioso. O que me diverte irresistivelmente. Não supunha a Inter (o seu Secretariado, já se vê) e seus tentáculos, tão ingéniosos e fáceis de se enredarem em si mesmos. E natural, poivo não é quem quer.

«Mas vamos às mentiras da Intersindical. Com aquele sorriso demolidor que me animou as faces ao ler o seu Comunicado e a construtiva razão que me impede a rebatê-lo:

«1 — Quem estiver ao serviço da democracia e logo do Governo actual é um defensor dos trabalhadores, global, universalmente e não só de alguns, sectorizados, ordenados pelo: princípios que, por exemplo, no INATEL, têm discriminado as maiorias beneficiando certos conscoscentes os credos partidários. O INATEL nada tem feito, criativamente, para servir os trabalhadores deste País nestes dois últimos anos. Comprova-o o seu passivo, a quem o quiser ver. Está à mostra. Ao dividir as gentes laborais desta terra, originou cisões quase irreparáveis que abrangem os funcionários que se integram no seu património. O caos vive na organização. Ninguém se entende. A CA que se instalou a partir de Outubro de 74 mais não fez do que delapidar o muito mau que a ex-FNAT deixou. Marginalizou todos os que não estavam com a Inter (acto continuo com o P CP), preencheu os lugares de chefia com elementos afectos ao Partido cunhalista, passou a gerir (ao sabor desse dirigismo) um Instituto cujo destino está malhado desde a fundação. O capitão Tomás Rosa, ministro do Trabalho do VI Governo, intercedeu no assunto, conseguindo que dois homens, para os quais a democracia é uma bandeira plena, missionariamente, travassem a escalada absolutista de um regime que não admite tergiversações e persegue as maiorias opcionais deste País.

«Quanto à actividade sadicamente informativa de «Vida Mundial», quero dizer que ela se insere num programa eminentemente democrático de denúncia no sentido de, irrefutavelmente, como a Intersindical o deve reconhecer, proporcionar ao Povo Português uma visão panorâmica do que se passa neste País em que poucos e fanáticos continuam a dominar muitos e adeptos da liberdade. Eu, Dórdio Guimarães, desde que fui nomeado pelo Governo para o cargo de administrador do INATEL, abandonei o meu lugar de redactor daquela revista e sou hoje um colaborador que apenas executa trabalhos à peça no exercício das funções de crítica literária e de cinema. Nada mais Nunca de acumulador com segundo emprego. A Inter está mal habituada, por defeito próprio. Nem todos são pagos acumulativamente como se pratica abundantemente no partido que a mentaliza. Cuidado... Quanto aos documentos que na «VM» têm aparecido, recordo que existem cerca de 300 funcionários na sede do INATEL, dos quais muitos têm acesso aos mesmos e não me obriguem a processar a difamadora Central Sindical por tal asserção abusiva.

«2 — O documento de «organização interna dos serviços proposto a aprovação é perigosamente autocrático. Nunca poderia ter a aprovação dos delegados do Governo junto do INATEL. Seria dar de mão beijada o «contrôle» de uma minoria sobre as maiorias. Jamais permitiríamos que tal fosse *avante*. Se quanto à instabilidade do ambiente que se vive no seio da sede do INATEL querem dizer que viemos arejar um clima propício a quebrarem-se algemas e a injectar um sentimento capaz de retirar o medo às pessoas que, quotidianamente, se movem oprimidas, s.m, é verdade! Somos portadores da liberdade e de uma luta criativa que não mais se calará enquanto ali estivermos e intentarmos implantar um convívio democrático de trabalho.

«3 — Num comunicado interno afirmámos às linhas tantas que quem não estiver conosco quer trair Portugal». Somos representantes dum processo democrático que escolheu maioritariamente os seus designios. Não abdicamos deles. Foi o Povo Português que aqui nos colocou, no INATEL. E aqui nos mantemos como delegados de um Governo Constitucional. Somos, por escrutínio nacional e livre, neste organismo, os seus únicos

defensores e reafirmamos, orgulhosa e patrioticamente, que quem não estiver conosco quer trair Portugal. Intransigentemente, somos contra qualquer manobra que queira envenenar a democrática vivência que neste organismo viemos implantar. Implantar, caros senhores da Inter, não é impor, especialmente quando viemos nomeados pelo maioritário Povo Português. Entendidos?

«4 — A Intersindical, ao solicitar a minha exoneração e a do major Lobo César da CA do INATEL junto do ministro do Trabalho do 1.º Governo constitucional, está a cometer um grave erro com implicações mais uma vez jurídicas. É um atrevimento de carácter político, tão agressivo quanto leviano. Não é que então esta organização sindical não pretenda acometer os aparelhos de gestão democrática e livremente eleitos, como se não lhe bastasse a tremenda questúncula que mantém e promete agudizar-se com os sindicatos da chamada linha da «Carta Aberta»? O Povo não está a dormir, cara Inter, e não perdoará amanhã a quem nas suas costas quis manipular a sua opinião e a sua maioritária decisão. Não cederemos um palmo da nossa luta dentro do INATEL. Temos a consciência de que somos necessários. A vossa demagogia não triunfará jamais, enquanto homens como eu e o major Lobo César pugnarem aberta e desinteressadamente pelos interesses maioritários de um povo que se quer emancipar e atingir a libertação democrática, do seu destino.

«Irredutível no nosso espírito temos um lema, uma voz de ordem de que nos sentimos legitimamente mandatados: Portugal é dos portugueses. Todos. O INATEL será de todos os portugueses trabalhadores, apertadamente, em liberdade, em socialismo puro, enquanto nós formos os delegados oficiais na CA. Custe a quem custar. Doa a quem doer. Sempre pelo Povo Português. Sempre pela democracia. Sempre pela igualdade de privilégios. Sempre pela maioria.

«Um largo sorriso se me abre na cara quanto ao futuro. O meu interesse é fazer do INATEL um poderoso património onde todo o português encontre uma casa, um repouso, um amigo, ao seu dispor, com carinho e paz, sem diferenças nem preconceitos de classes nem de ideários. Em liberdade. Viva Portugal!»

## «A Intersindical quer enganar o povo»

O título acima referido é o da carta do major Lobo César, a qual transcrevemos:

«1 — Basta de calúnias. Basta de manipulações. A Intersindical, mais uma vez, procura desvirtuar, deturpar, enganar. De uma vez para sempre os operários, as organizações de trabalhadores e todo o Povo Português necessitam de saber a verdade. Senhores jornalistas, no respeitante ao signatário e a Dórdio Guimarães, as portas do INATEL estão e estarão sempre abertas. Venham, vejam, pesquem, ouçam, separem o trigo do joio, e depois informem com dados do que foi a nefasta acção ditatorial da comissão administrativa (Chambel, Rogério Paulo e Guedes Lebre) nomeada por Costa Martins, em 23 de Outubro de 1974. A acção desta «troika» no INATEL prolongou-se até 19 de Julho de 1976. Vejam as medidas tomadas e as melhorias feitas, vejam como foram corrigidos os vícios antigos e como foram alterados e substituídos programas e prestação de serviços, vejam como era o clima de entendimento entre a CA e os trabalhadores, analisando a vasta documentação da comissão de trabalhadores, vendo os processos de inquérito cuja solução aguardava despacho há meses, analisem os processos de promoção e o modo como se transferia pessoal, leiam as cartas em poder do signatário em que funcionários com uma réstia de esperança pedem justiça, vejam como era utilizado o dinheiro dos trabalhadores recebido pelo INATEL. Vejam e pasmem. Mas cuidado não vá a Intersindical acusar-vos de estardes a desencadear uma campanha difamatória. Analisem, aprofundem e façam comparecer perante o tribunal do povo os culpados, e façam-nos responder.

«2 — Em síntese, a Inter acusa o signatário de: a) boicotar o trabalho que o Inatel tem de desenvolver ao serviço dos trabalhadores, por meio de uma série de medidas; b) deteriorar o clima de entendimento que devia existir entre os membros da comissão administrativa; c) feita para análise um documento importante; d) criar um clima de descontentamento e permanente intriga entre os trabalhadores; e) ter utilizado uma frase salazarista.

«3 — As acusações feitas são tão ridículas e frágeis, que considerando a origem, só mereceriam riso e desprezo. Como porém está em jogo algo de muito importante para o signatário que é a defesa da democracia e do Inatel ao serviço de todos os trabalhadores vou responder concisamente: a) por deficiên-

cia legal (seria prepositada?) não existe voto de qualidade. Assim para se pôr qualquer medida em execução é necessária uma votação por maioria ou por unanimidade (três votos contra um, ou quatro votos sem oposição). Portanto, a haver boicote ele foi feito pela CA *in toto*, e a Inter tem nesta metade dos elementos. Boicote, ou melhor impasse há actualmente por parte do elemento da Inter Fernando Chambel, que se recusa a comparecer às reuniões bissemanais (isto é outro assunto, que em seu devido tempo contarei). Como se verifica a acusação é absurda.

«b) Se evitar desvio de fundos de seus devidos fins (como, por exemplo, subsidiar com 480 contos o jornal «Alavanca»), se procurar colocar o INATEL ao serviço de todos os trabalhadores independentemente das suas ideologias políticas, se lutar contra improvisações, se planejar e organizar, se não admitir a continuação de gastos fabulosos em recepções a elementos sindicais estrangeiros (a última feita a quatro elementos sindicais da URSS custou cerca de cem contos), se fazer o atrás mencionado é deteriorar o clima de bom entendimento que devia existir entre os membros da CA, então a Inter tem razão, os delegados do MT deterioraram o clima de bom entendimento. Aliás, os delegados do MT não são lacaios da Intersindical. É pena que a falta de espaço me impossibilite de concretizar os imensos desvios feitos (tenho esperança que terei oportunidade futura para o fazer).

«c) Quanto ao documento referido, como peca por incongruente a acusação. Não há dúvida, que a Inter é pródiga em demagogia. O documento em causa, nada diz quanto a funções, circuitos e organização base, apesar de ter custado muito dinheiro e ter levado muitos e muitos meses a elaborar (foi um pacto difícil — mas isto é outra história). Este documento é contestado por grande parte do pessoal responsável, e a sua entrada em execução, só por si, lançaria a confusão e perturbação nos serviços. Há que fazer obra global e ordenada, o que está em curso e ficará acabada em fins de Outubro, sem onerar o INATEL em qualquer importância, pois está a ser feita graciosamente por funcionários dedicados, fora das horas normais de serviço. Não se podem colocar telhados em edifícios sem alicerces.

«d) Quanto ao clima de descontentamento e permanente intriga criado, com certeza a Inter enganou-se no tempo, pois foi esse o ambiente encontrado pelos delegados do MT quando da sua entrada em funções (19 de Julho de 1976), e não só, pois também imperava o medo e a coacção. Mas sobre este assunto, os trabalhadores do INATEL, melhor do que ninguém, poderão informar (cuidado com as minorias que dominavam os sectores-chave — a tática é sempre a mesma). Os documentos entregues ao signatário, de moto próprio, por muitos funcionários, falam por si. Aliás, segundo informações dos mesmos, muitos desses documentos já tinham sido entregues a entidades estranhas ao INATEL, numa ânsia de procurar correcções a desvios feitos.

«e) No respeitante à utilização de uma frase salazarista, a acusação quase não merece comentários, porquanto todos sabem como a Inter é exímia em fazer truncagens, isolar frases e especular com as mesmas. As frases só podem ser devidamente interpretadas quando inseridas no contexto de um texto. Agora compreendo a ânsia que houve em retirar das bibliotecas do INATEL as obras dos autores clássicos portugueses como Gal Vicente, Camões, Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Fernão Lopes, Augusto Gil, etc. Quer o comunicado n.º 1, quer o n.º 2, dos delegados do MT, estão à disposição de quem os quiser consultar (vai-se fazer o possível para terem a devida divulgação).

«5 — Resta-me agradecer a Inter a oportunidade que me deu de poder dar o meu modesto contributo para o esclarecimento das massas trabalhadoras, que tão enganadas têm sido. Agradeço ainda o me ter escia-recido sobre os métodos demagógicos que utiliza, pois qualquer dúvida que, porventura, existisse no meu espírito foi varrida, e agora mais do que nunca serei firme, intransigente e decidido na defesa da democracia e do património do INATEL, que pertence aos trabalhadores. Não ao ditadura. Não ao fascismo com outras roupagens. Vivam os trabalhadores portugueses. Viva o Povo Português.»

# Congresso dos Sindicatos: CNOP apresenta projecto de regulamento

Lute  
21/9/76

A apresentação do projecto de regulamento do Congresso de todos os sindicatos, bem como os critérios que presidiram à sua elaboração, foram o tema de uma conferência de imprensa ontem convocada pela Comissão Nacional Organizadora Provisória (C.N.O.P.).

O documento ontem apresentado, para além do projecto de regulamento assinado pela C.N.O.P., inclui alguns pontos em alternativa, apresentados por quatro sindicatos: Têxteis e Lanifícios do Sul, Rodoviários de Setúbal, Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul e Comércio e Serviços de Santarém.

Levantada a questão da efectivação do Congresso, caso se mantenha a recusa da «Carta Aberta» em participar nos seus trabalhos, a C.N.O.P. disse que era um decisão que competia aos trabalhadores. «Se estes decidirem realizar o Congresso, apesar da oposição da «Carta Aberta», nós iremos para a frente».

Nos pontos onde não foi possível chegar a um consenso entre a Comissão Provisória (que, como se sabe, é composta por sindicatos a maior parte dos quais afectos à linha do secretariado da Intersindical) e os autores dos outros projectos de regulamento, incluem-se as várias alternativas. Alternativas que revelam, evidentemente, as divergências, que no entanto não são verdadeiramente de fundo.

Os pontos onde são apresentadas alternativas para a discussão e deliberação dos trabalhadores são os seguintes: participa-

ção dos sindicatos paralelos; formas de representação dos sindicatos no Congresso; participantes sem direito a voto; mesa do Congresso; ordem de trabalhos; número de presenças para o funcionamento do Congresso; apresentação de propostas de alteração; formas de votação; fundos e receitas do Congresso.

Verifica-se assim que as grandes divergências entre o secretariado da Inter e a Comissão de Redacção da Carta Aberta persistem, nomeadamente a que se refere à paridade na Comissão Organizadora do Congresso, que não figura nos critérios a ter em conta na sua constituição. Sendo assim, será de todo provável que a Comissão Nacional Organizadora do Congresso venha a ser dominada por uma tendência, à qual não faltará certamente o apoio de algumas direcções sindicais que, não obstante reclamarem-se de contestárias da linha da Inter, mais não fazem que dar-lhe a cobertura de que ela necessita para prosseguir no seu domínio sobre a estrutura sindical portuguesa e, portanto, sobre largos sectores das classes trabalhadoras.

Razão tinha a Comissão de Redacção da Carta Aberta quando recusou fazer parte da C.N.O.P. Numa situação de clara minoria (seis contra vinte), a sua presença serviria unicamente para cautionar o presente projecto de regulamento, que a ser concretizado serviria de base não ao Congresso de todos os sindicatos para a unidade mas sim para o II Congresso da Intersindical. Os autores deste projecto são, a partir deste momento, os responsáveis pelo aprofundamento da divisão entre os trabalhadores portugueses e não se poderão furtar a esta acusação — o projecto fala por si!

PUB

## SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

Dlx 21/9/76

### COMUNICADO

AO JORNAL «O DIÁRIO»

MAIS CALÚNIAS, NÃO!

Dando continuidade à campanha de calúnias tão do seu agrado, o jornal «O Diário» vem desta vez caluniar e vexar trabalhadores da Sorefame.

Afirma «O Diário» de 16/9/76, sob o título «gato por lebre» que os trabalhadores da Sorefame eram convidados a assinar um documento contra o funcionamento do Self-Service, dirigido à Administração, sendo porém estas assinaturas encaminhadas à Comissão de Redacção da Carta Aberta.

Solicitando o desmentido oficial de tais calúnias, estiveram presentes neste sindicato, nesta data, alguns trabalhadores daquela firma, que se fizeram portadores de fotocópias de dois documentos, que nos deixaram e que são inconfundíveis: um protesto assinado em folhas brancas e o Apelo a todos os trabalhadores da Comissão de Redacção da Carta Aberta em impresso próprio.

Os trabalhadores da Sorefame, visados pelo jornal «O Diário» repudiam tais afirmações. Repudiamos-las igualmente mas já estamos habituados.

A calúnia, a desinformação são as notas dominantes desse jornal.

Lisboa, 20 de Setembro de 1976

PELA DIRECÇÃO

## Congresso será discutido em Évora

Convocada pela subcomissão da zona sul da Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso de todos os Sindicatos, vai realizar-se na próxima quinta-feira, pelas 21 horas, na sede da União dos Sindicatos de Évora, uma reunião aberta a todos os sindicatos para análise do projecto de regulamento agora apresentado. Do encontro deverá sair, ainda, a comissão dinamizadora do Congresso, daquele distrito.

Dlx 21/9/76

## Sindicalistas alemães visitam Portugal

Lute  
21/9/76

Contactar com os diferentes sectores sindicais e políticos, para um conhecimento mais profundo da realidade sindical, e estreitar as relações entre os movimentos operários dos dois países, são os objectivos da visita ao nosso país de 30 sindicalistas alemães, que no passado sábado se encontraram com os jornalistas portugueses. Chegados a Lisboa no passado dia 17, os dirigentes sindicais, todos eles ligados à D.G.B. — a maior central sindical alemã, de tendência social-democrata — deverão permanecer entre nós até ao próximo dia 26, tendo a sua visita contada com o apoio da Embaixada alemã em Lisboa e do Centro de Estudos Sindicais.

O contacto com a realidade portuguesa tem-se processado através de um seminário no decorrer do qual têm procurado obter informações acerca das grandes linhas do movimento sindical português. Os referidos sindicalistas, que já ouviram exposições do secretário de Estado do Trabalho e de elementos do Partido Socialista, contactarão ainda com diversos dirigentes sindicais bem como com representantes dos principais partidos políticos. A este respeito, salienta-se as dificuldades levantadas pela Intersindical e pelo Partido Comunista Português — situação que os elementos da D.G.B. pretendem ver rapidamente ultrapassada.

Está previsto para o próximo ano a realização de um seminário mais especializado, bem como a visita de jovens sindicalistas portugueses à Alemanha Ocidental.

## «Vida Mundial» e a Intersindical

diário 21/9/76

Com pedido de publicação, recebemos dos trabalhadores do semanário «Vida Mundial» o seguinte texto:

Face ao calamitoso comunicado da Intersindical, a redacção e os elementos do secretariado da «Vida Mundial» esclarecem:

1.º — Que a direcção golpista daquele organismo agonizante vomitou, através desse documento, um chorrilho de provocações reaccionárias;

2.º — Essas provocações não desmentem, porém, nem uma linha do que tem vindo a ser publicado na «V. M.», com o título «Dossier Inatel»;

3.º — Dão o seu inequívoco apoio à resposta já tornada pública pela directora, Natália Correia;

4.º — Reafirmam o seu propósito de manter a mesma linha de denúncia a todos os atentados à Democracia.

A Redacção

# Congresso da Inter já tem regulamento

DMot 21/9/76

A Comissão Organizadora Provisória do Congresso dos Sindicatos, eleita em 4 de Setembro na «reunião do Técnico», apresentou ontem à Imprensa o seu projecto de regulamento para o encontro sindical.

O documento está a ser distribuído nos locais de trabalho, devendo as assembleias dos sindicatos discuti-lo até 13 de Outubro, para que seja finalmente votado um plenário de associações sindicais que deverá realiza-se nos dias 15 e 16 de Outubro.

Salienta-se que, em pontos mais polémico, não foi possível o acordo completo entre os sindicatos presentes na comissão organizadora, alguns deles autores e proponentes de regulamentos próprios.

● PAGINA 7 →

## Pela Comissão Organizadora

# Divulgado o projecto de regulamento do Congresso dos Sindicatos

DMot 21/9/76

A comissão organizadora provisória do Congresso dos Sindicatos divulgou, ontem, em conferência de Imprensa, o seu projecto de regulamento do Encontro, que será discutido e votado num plenário geral de sindicatos, marcado para os dias 15 e 16 de Outubro.

O projecto foi elaborado pelas direcções sindicais eleitas para a comissão organizadora na reunião de 4 de Setembro, no Técnico.

Como se sabe, não têm participado nos trabalhos desta comissão os sindicatos que, embora eleitos, subscreveram a chamada «Carta Aberta».

No entanto, a comissão organizadora provisória voltou a salientar ontem que se mantém os esforços e os contactos para conseguir unificar o trabalho preparatório do congresso sindical. No caso de ser mantida a recusa da «Carta Aberta» em participar nos trabalhos, a comissão admite a hipótese de mesmo assim, ser realizado o Encontro, se os trabalhadores optarem por essa via.

O projecto agora divulgado resultou de uma síntese elaborada pela comissão organizadora provisória, a partir das diversas propostas de regulamento entregues pelo Secretariado da Intersindical e pelos Sindicatos dos Têxteis e Lanifícios do Sul, dos Rodoviários de Setúbal, das Industrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul e do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém. Foram ainda consideradas alterações ao regulamento elaborado pelo Secretariado da Inter, apresentadas por alguns sindicatos, delegados e comissões sindicais.

Nos pontos em que não foi conseguido acordo, o projecto inclui as alternativas propostas pelas associações sindicais, que apresentaram os seus documentos próprios.

Neste momento, o projecto está a ser distribuído pelos locais de trabalho, devendo ser analisado em assembleias sindicais até ao dia 13 de Outubro.

Depois disso, realizar-se-á o plenário geral de sindicatos cuja votação tem um carácter já definitivo em relação ao regulamento a adoptar no Congresso.

A Comissão Organizadora Provisória termina o seu mandato a partir deste plenário, que elega a Comissão Nacional Organizadora do encontro.

### Pontos polémicos

A forma, numero e proporção da participação dos sindicatos,

o estatuto dos convidados, dos observadores e do secretariado da Inter, a forma de eleição da Mesa, a ordem de trabalhos e o processo de votação são os pontos mais polémicos do regulamento do Congresso ontem divulgado. Destacamos, neste campo, a questão da constituição das delegações que, seguido o consenso geral, deverão integrar dirigentes sindicais e trabalhadores eleitos. A discordância quanto a este ponto reside na proporção entre os vários elementos. Assim, enquanto a corrente maioritária na comissão organizadora defende a presença de um maior numero de dirigentes, alguns sindicatos propõem que a parte mais significativa das delegações seja constituída por trabalhadores eleitos.

Para além disto, é ponto assente que o congresso será de todos os sindicatos, restando decidir como serão decididos os problemas surgidos com a existência de mais de uma organização sindical que se considere representativa de uma ou mais categorias de trabalhadores da mesma área.

Por outro lado, e apesar de existirem algumas divergências quanto à ordem de trabalhos, deverão ser analisados no encontro o relatório da actividade do Secretariado da Intersindical, as alterações aos estatutos da central única, a Lei Sindical e o programa de acção do movimento sindicalista em Portugal.

Para lá da eleição dos novos corpos directivos, prevêem-se ainda no projecto da comissão organizadora, debates sobre o processo de organização do Congresso.

Os Sindicatos das Industrias de Ourivesaria do Sul e dos Rodoviários de Setúbal propõem ainda a inclusão da análise e discussão do relatório da actividade e gestão financeira do Secretariado da Intersindical.

### Organização das discussões

De acordo com o projecto publicado, a comissão organizadora deverá enviar aos sindicatos, uniões e federações projectos do Programa de Acção e alterações aos estatutos da Inter e a Lei Sindical.

Estes documentos serão entregues às organizações sindicais 75 dias antes do congresso, servindo de base para a discussão a efectuar pelos trabalhadores.

As propostas resultantes destes debates serão, entretanto, devolvidas à comissão organizadora, até 30 dias antes do encontro.

A apresentação de listas de candidaturas para os órgãos directivos bem como o processo eleitoral, serão regulados pelas disposições dos Estatutos que o congresso vier a aprovar.

Como fundos do congresso, prevê-se no projecto a utilização das receitas provenientes da inscrição, as contribuições extraordinárias e as receitas de iniciativas para angariação de fundos. O Sindicato dos Rodoviários de Setúbal propõe ainda a utilização do saldo do exercício da Intersindical.

Além dos aspectos referidos, o documento integra ainda propostas sobre a forma de inscrição, entrega das comunicações e divulgação da matéria discutida e aprovada.

### Luta pela unidade

Num manifesto recentemente publicado, a comissão organizadora do Congresso dos Sindicatos apela para o reforço de unidade dos trabalhadores e para a defesa dos seus interesses de classe.

Depois de criticar a divisão e o pluralismo sindical, a comissão «considera que as divergências que separam os trabalhadores são menos importantes do que aquilo que os une».

Defendendo a reestruturação da Intersindical, o documento afirma que não pode ser mais atrasada a discussão dos problemas e a realização do congresso.

Para que os trabalhadores discutam as questões que lhes dizem respeito, propõem os autores do manifesto a formação de Comissões Distritais para a Dinamização do Congresso, que promoverão a discussão alargada dos problemas ligados à preparação do encontro.

Explicando o que é a comissão organizadora provisória, o documento esclarece que para aquele órgão foram eleitos vários sindicatos, de acordo com a sua importância geográfica e sector de actividade.

«Foram incluídos sindicatos filiados e não filiados na Inter, de forma a reflectir a realidade sindical do País», sublinha-se no documento.

Para os membros da actual comissão organizadora, o facto de terem sido eleitos no Técnico direcções subscritores da Carta Aberta, apesar de ausentes, demonstra «o espirito aberto e amplo, unitário dos sindicatos presentes, que esperam que essas direcções venham a contribuir activamente, dentro da estrutura sindical, para a preparação do Congresso».

«A comissão organizadora não surge para decidir seja o que for em vez dos trabalhadores e dos sindicatos», conclui-se no manifesto explicando-se que aquele órgão deverá apenas criar «as condições para que todos os trabalhadores e sindicatos possam participar na preparação do Congresso, assegurando o reforço da democracia sindical».

### Revista

#### «Segurança»

Está em distribuição mais um numero da revista trimestral «Segurança», editada pelo Centro de Prevenção e Segurança.

Como sempre, debruça-se sobre problemas ligados à segurança no trabalho. Do seu sumário, destacamos os seguintes artigos: «A segurança dos laboratórios de química», «Cinética humana», «O problema do trabalho em turnos» e «Armazenamentos de grande altura».



Membros da Comissão Organizadora Provisória do Congresso dos Sindicatos apresentam aos jornalistas o projecto de regulamento do encontro, que irá agora ser discutido pelos trabalhadores

(Foto «D. N.» — Luís Sarinha)